



E-book

CNU 2024

BLOCO 7

PROVA COMENTADA

SUMÁRIO

BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- MANHÃ 3

CONHECIMENTOS GERAIS 3

QUESTÃO DISSERTATIVA 25

BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- TARDE 29

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA:

ESTRATÉGIA, PESSOAS, PROJETOS E PROCESSOS 29

EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA:

RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO 42

EIXO TEMÁTICO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA 53

EIXO TEMÁTICO 4 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA,

CONTABILIDADE PÚBLICA E COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 62

EIXO TEMÁTICO 5 – COMUNICAÇÃO, GESTÃO DOCUMENTAL, TRANSPARÊNCIA E

PROTEÇÃO DE DADOS 73

BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MANHÃ

CONHECIMENTOS GERAIS

1. A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a):

- A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.
- D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

Comentários:

- A. Incorreta. Conforme entendimento do STF na ADPF 336, o trabalho do preso é remunerado com o valor de 3/4 do salário-mínimo, no mínimo, não sendo observado o mesmo patamar do salário-mínimo comum.
- B. Incorreta. Conforme entendimento do STF, na Súmula Vinculante nº 37, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- C. Incorreta. Os recursos devem ser distribuídos igualmente, sem distinção de gênero, conforme a Resolução do TSE nº 23.605/2019.

D. Incorreta. As uniões homoafetivas possuem os mesmos direitos das uniões heteroafetivas, não havendo distinções entre ambas, conforme ADPF 132.

E. Correta. Segundo o STF, na ADPF 334, a distinção dos presos por diploma de nível superior é medida discriminatória, promove a categorização de presos e fortalece desigualdades. Assim, não é mais aplicada.

Gabarito: Letra E

2. A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.
- D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

Comentários:

A. Correta. Segundo entendimento do STF proferido no RE nº 684612, a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais em caso de ausência ou deficiência grave do serviço não viola o princípio da separação dos poderes. Segundo o STF, a decisão judicial deve determinar medidas pontuais, apontando os objetivos a serem alcançados pela Administração Pública.

B. Incorreta. O princípio da separação dos poderes não é absoluto, podendo ser restringido em alguns casos.

C. Incorreta. Conforme entendimento do STF, no AgInt no Recurso Especial nº 1.304.269 – MG, ante a demora do Poder competente, o Poder Judiciário poderá determinar, em caráter excepcional, a implementação de políticas públicas de interesse social. Nesses casos, não há que falar em violação da separação de poderes.

D. Incorreta. O STF entende, no RE nº 1297884, que é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis, tendo em vista o princípio da separação de poderes.

E. Incorreta. Conforme entendimento do STF, proferido no ACO nº 3479, há possibilidade de as CPIs estaduais requererem a quebra de sigilo bancário.

Gabarito: Letra A

3. No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período. O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- A) popular
- B) unificador
- C) ideológico
- D) de garantias
- E) de coalizão

Comentários:

E Correta. A atual Constituição brasileira definiu o presidencialismo como sistema de governo. O sistema presidencialista de governo adotado pelo Brasil é denominado por parte da doutrina de "presidencialismo de coalizão", cujo ponto de relevo está na relação entre Executivo e Legislativo, uma vez que as coalizões partidárias, as escolhas dos presidentes da Câmara e do Senado e as competências atribuídas ao Presidente da República no processo legislativo ditam o trabalho dos Poderes.

Assim, incorretas as demais alternativas, pois não fazem parte da definição do presidencialismo no Brasil.

Gabarito: Letra E

4. Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- A) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- B) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais
- D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Comentários:

O texto fornecido faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que define prioridades, como a construção de creches, segurança hídrica, uso de energias renováveis, e programas de geração de emprego e renda, além de investimentos plurianuais. A questão, primeiramente, exige que o candidato identifique qual instrumento de planejamento ao qual o trecho se refere. Perceba que o texto já inicia com “Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca”, o que nos leva a perceber que se trata de um instrumento que estabelece prioridades para o Orçamento de 2023, logo, estamos diante de uma passagem da LDO. Devemos, então, buscar um item que, além de dispor sobre o que já consta no texto, elenque outra atribuição da LDO.

O gabarito é o item E, pois consta de maneira expressa no art. 4º da LRF, vejamos:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

*I - **disporá** também sobre:*

*e) **normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;***

Essa função é crucial para garantir que as prioridades estabelecidas, como aquelas mencionadas no texto (creches, segurança hídrica etc.), sejam efetivamente alcançadas e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Gabarito: Letra E

5. Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.
- D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

Comentários:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da Receita Corrente Líquida (RCL). A LRF estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da RCL. Se em 2021 já estava bem aquém do limite prudencial, em 2022, deixou uma folga fiscal ainda maior em relação ao ano anterior.

Segundo o art. 20 da LRF, os limites globais serão repartidos entre os poderes e o Ministério Público, não podendo exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida:

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL POR PODER E ENTES				
	$\Sigma = 50\%$	$\Sigma = 60\%$		
	UNIÃO	ESTADOS	ESTADOS COM TCM (BAHIA, PARÁ E GOIÁS)	MUNICÍPIOS
EXECUTIVO	40,9%	49%	48,6%	54%
LEGISLATIVO	2,5%	3%	3,4%	6%
JUDICIÁRIO	6%	6%	6%	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,6%	2%	2%	-

O percentual apurado de 18,9% em 2022 indica que há uma folga significativa em relação ao limite máximo permitido. Essa folga significa que o governo federal teve mais margem fiscal em 2022, o que pode ser utilizado para aumentar despesas, realizar novos investimentos, ou mesmo para criar um colchão de segurança fiscal.

Gabarito: Letra C

6. No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entranço ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. Revista de Estudios Brasileños. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.

- C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desacertadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.
- D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

Comentários:

De acordo com o texto, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está relacionada ao modelo de desenvolvimento adotado, modelo esse cristalizado particularmente entre as décadas de 1950 e 1970, que é o modelo do nacional-desenvolvimentismo. A adoção desse modelo ocasiona, em termos sociais, disputas pelos territórios indígenas, territórios esses que, idealmente, poderiam ser utilizados por grandes produtores rurais, os quais se dedicam à exportação de produtos primários. Os índios, nesse pensamento, são um empecilho ao desenvolvimento da atividade rural, a qual demanda grandes extensões de terra.

Assim, vejamos as alternativas.

A **alternativa A** é incorreta. Em momento algum o texto se refere à política indigenista.

A **alternativa B** é incorreta. O texto fornece uma visão crítica da ideia de que "há muita terra para pouco índio", justamente ao enfatizar que essa é uma ideia vinculada a uma certa noção de desenvolvimento.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. A alternativa ressalta que a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está vinculada a uma certa concepção de desenvolvimento, que está associada à produção rural em grandes latifúndios agrícolas, para os quais a percepção de que as terras indígenas não devem ser objeto de exploração econômica significa um empecilho ao progresso econômico.

A **alternativa D** é incorreta. O erro está na parte final, ao afirmar que o principal objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista é a produção de riqueza e a sua distribuição equânime, justa e igualitária. Em nenhum momento o texto afirma que esse é o objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista, tampouco pode ser adotado esse objetivo como premissa dessa concepção, a qual, ao contrário, constantemente promove a concentração de riquezas sob a propriedade das classes ricas.

A **alternativa E** é incorreta. Ao contrário, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está atrelada a uma noção nacional-desenvolvimentista, não a um princípio conservacionista.

Gabarito: letra C

7. Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHMAN, G. et al. (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

Comentários:

As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).

De acordo com Howlett e Ramesh (1993), o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases:

1) Construção da agenda: é a primeira fase do ciclo de políticas públicas. Nessa fase, o que se busca é identificar os problemas públicos que podem ser solucionados por meio das políticas públicas.

- 2) **Formulação da política:** a etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas (opções) consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.
- 3) **Tomada de decisão:** a tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos escolhem (dentre as alternativas disponíveis) aquela alternativa que eles entendem ser a melhor solução para o problema.
- 4) **Implementação:** a implementação é a etapa em que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser executadas para que a política pública passe a “funcionar na prática”, conforme foi planejado e decidido.
- 5) **Avaliação:** na etapa de avaliação são analisados o “andamento” e os resultados das políticas públicas. Busca-se verificar o “nível de redução do problema público” (isto é, busca-se verificar se o status quo foi alterado de forma a reduzir ou eliminar o “problema público”). São avaliados os “benefícios” gerados pela política pública.

Dito isso, nota-se que o Texto 1 trouxe o conceito “geral” de políticas públicas, e o Texto 2 trouxe o conceito da fase de formulação da política.

Portanto, o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado “formulação de políticas”.

Gabarito: Letra C

8. Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em:

26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- A) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- B) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.

- C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.
- D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

Comentários:

A região Nordeste do Brasil concentra a maior parte dos parques eólicos do país, devido às condições favoráveis de vento na região, especialmente nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. A instalação desses parques tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, elevando indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao melhorar as condições de vida da população local nas dimensões de saúde, educação e renda.

Gabarito: Letra E

9. Considere o texto sobre discriminação social no Brasil. Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.
- D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

Comentários:

Etarismo é a concepção discriminatória contra pessoas de maior idade, segundo a qual pessoas mais idosas são incapazes de exercer tarefas sociais relevantes.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê como crime a conduta de menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, de acordo com o art. 96, § 1º:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1o Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra B

10. Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...]

Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

A) controle

- B) planejamento
- C) coordenação
- D) descentralização
- E) delegação de competência

Comentários:

O enunciado da questão já cita os princípios previstos no DL nº 200/1967, que são os princípios de planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Ademais, o art. 7º estabelece que:

*Art. 7º A ação governamental obedecerá a **planejamento** que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:*

- a) plano geral de govêrno;*
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;*
- c) orçamento-programa anual;*
- d) programação financeira de desembólso.*

Logo, a elaboração de plano geral de governo, programas, orçamento-programa anual e programação financeira de desembolso se relacionam com o princípio do **planejamento**.

Gabarito: Letra B

11. Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil. Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.
- D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

Comentários:

A. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária.

B. Incorreta. O processo de definição de macrorregião de saúde é de responsabilidade dos Estados, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

C. Incorreta. As secretarias estaduais possuem autonomia administrativa em relação ao investimento de seus recursos financeiros, respeitando a legislação pertinente.

D. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária. As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

E. Correta. O processo de descentralização descrito no site referido diz que:

“A partir do conceito constitucional do comando único, cada esfera de governo é autônoma e soberana em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade. Neste sentido, a autoridade sanitária do SUS é exercida: na União, pelo ministro da saúde; nos estados, pelos secretários estaduais de saúde; e, nos municípios, pelos secretários municipais de saúde.”

Gabarito: Letra E

12. Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. Atribuições. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- A) Senado Federal
- B) Ministério da Justiça
- C) Supremo Tribunal Federal
- D) Câmara dos Deputados
- E) Controladoria Geral da União

Comentários:

A. Incorreta. Os senadores são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário simples, em que será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos. São eleitos três senadores para cada estado e o Distrito Federal, nos termos art. 46, caput, e §1º, da CRFB/88.

B. Incorreta. O Ministério da Justiça pertence ao Poder Executivo da União.

C. Incorreta. O STF é a última instância do Poder Judiciário brasileiro.

D. Correta. O sistema eleitoral proporcional confere maior importância ao número de votos válidos do partido político. Esse sistema é usado nas eleições de deputado federal, deputado estadual e distrital e vereador. A Câmara dos Deputados é formada por 513 deputados. O número de eleitos em cada estado varia proporcionalmente à população, sendo no mínimo 8 e no máximo 70 deputados, conforme determinado pelo art. 45, caput, §1º da CRFB/88 e pela Lei Complementar nº 78.

E. Incorreta. A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção.

Gabarito: Letra D

13. O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.
- D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta. De acordo com a ideia expressa pela questão, a Inteligência Artificial (IA) deve ser utilizada para a promoção de melhorias, não como algo que fundamente a repetição (aprendizado repetitivo).

A **alternativa B** é incorreta. Não é possível afirmar que restringir a inteligência artificial a um papel secundário na elaboração de decisões judiciais condiz com a ideia apresentada pelo texto. Pelo contrário, o texto enfatiza as melhorias que a IA pode promover.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. De fato, uma melhoria evidente da IA é a de facilitar a busca de jurisprudência, o que condiz com a ideia do texto.

A **alternativa D** é incorreta. A IA, na medida em que promova melhorias, é compatível com a proteção dos direitos fundamentais.

A **alternativa E** é incorreta. A IA é uma ferramenta útil inclusive para a melhora do sistema de justiça, que eleva a confiança.

Gabarito: Letra C

14. No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.
- D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

Comentários:

A **letra E** reproduz um dos objetivos da Lei de Acesso à Informação:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

(..)

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

Quanto às demais alternativas, a **letra A** está aparentemente incorreta. Comparando essa alternativa com a regra prevista no art. 7º, II, parte final, percebemos a inserção da palavra “especificamente”, o que não se amolda ao texto legal:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)

*II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, **recolhidos ou não a arquivos públicos**;*

A **letra B** está incorreta, tendo em vista que as informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações:

A **letra C** está igualmente incorreta, porquanto as informações de interesse público devem ser prestadas independentemente de solicitações:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: (..)
*II - divulgação de informações de interesse público, **independentemente de solicitações**;*

Por fim, a **letra D** está equivocada, visto que o acesso à informação abrange a informação custodiada por entidade privada que possua vínculo com o poder público:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)
*III - **informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada** decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*

Gabarito: Letra E

15. Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- A) Desenvolvimento e Transparência
- B) Educação e Cultura nas Comunidades
- C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- D) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

Comentários:

Integra o Eixo Orientador I: interação democrática entre Estado e sociedade civil, a Diretriz 2, de fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e da interação democrática.

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra C

16. O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- A) compreensível a pessoas qualificadas
- B) técnica adequada a qualquer cidadão
- C) algorítmica sensível a qualquer cidadão
- D) clara e compreensível a qualquer cidadão
- E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

Comentários:

Questão que cobrou um dos princípios/diretrizes da Lei do Governo Digital:

*Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: (..)
VII - o uso de **linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão**;*

Assim, percebe-se que a **letra D** está correta e as demais, claramente incorretas.

Gabarito: Letra D

17. A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.
- D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

Comentários:

Segundo a Constituição Federal:

*Art. 37 [...] III - o prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;***

Dessa forma, a letra A é o gabarito. Não há o que comentar nos demais itens, pois o prazo é definido na Constituição e independe de aprovação do Tribunal de Contas ou Judiciário.

Gabarito: Letra A

18. Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções NÃO terá o seguinte resultado:

- A) aumento das assimetrias de informações
- B) estabilização de preços
- C) fornecimento de bens públicos

- D) redução das desigualdades de distribuição de renda
- E) regulação da oferta de monopólios naturais

Comentários:

As funções básicas do governo em uma economia incluem a estabilização de preços, o fornecimento de bens públicos, a redução das desigualdades de distribuição de renda e a regulação da oferta de monopólios naturais. Essas funções visam corrigir as falhas de mercado e mitigar as ineficiências que podem surgir em uma economia de mercado.

- Estabilização de preços (B): o governo atua para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica por meio da função estabilizadora.
- Fornecimento de bens públicos (C): o governo fornece bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura, que o setor privado pode não ter incentivo para fornecer, dada a característica de não exclusividade desse bem.
- Redução das desigualdades de distribuição de renda (D): políticas de distribuição de renda são implementadas para reduzir as desigualdades por meio da função distributiva.
- Regulação da oferta de monopólios naturais (E): o governo regula monopólios naturais para evitar abusos de poder de mercado.

Por outro lado, aumentar as assimetrias de informações (A) é um resultado que o governo tenta evitar, pois as assimetrias de informações entre os agentes econômicos podem levar a decisões ineficientes e a falhas de mercado. Portanto, essa alternativa não se alinha com as funções básicas do governo, que buscam reduzir ineficiências e falhas de mercado.

Gabarito: Letra A

19. Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.

- D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

Comentários:

O orçamento público é um instrumento essencial de planejamento e controle da gestão financeira do governo, estabelecendo as **previsões de receitas e fixando as despesas** para um determinado exercício financeiro. Veja o que a CF elenca:

Art. 165

*§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho **à previsão da receita e à fixação da despesa**, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.*

A receita é estimada porque depende de fatores econômicos que podem variar, enquanto a despesa é fixada para estabelecer um limite máximo de gasto.

Gabarito: Letra D

20. Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

Comentários:

Primeiro, temos que nos atentar aos conceitos de **tempestividade** e **previsibilidade** orçamentária. A **tempestividade** refere-se ao **momento** em que os recursos financeiros estão prontos/disponíveis para o uso. O orçamento pode ser limitado se houver contingenciamentos, atrasos na liberação de recursos ou mesmo cortes de verbas ao longo do exercício. Isso pode afetar a capacidade de uma política pública ser implementada dentro dos prazos previstos. A **previsibilidade** (ou projeção orçamentária), em linhas gerais, é a possibilidade de se prever **quando** os recursos **estarão disponíveis** (bem como se prever os gastos orçamentários). Não podemos nos esquecer de que a previsibilidade pode ser alterada por fatores externos, como mudanças nas prioridades do governo, mudanças no cenário econômico ou restrições imprevistas, criando incertezas sobre a disponibilidade futura dos recursos, tornando difícil prever com exatidão os fluxos financeiros.

Agora, vamos às alternativas:

Alternativa A: incorreta. É incorreta porque afirma que as limitações orçamentárias podem afetar apenas a previsibilidade, mas não a tempestividade. Na verdade, as restrições financeiras podem afetar ambos os aspectos. A tempestividade é prejudicada diretamente se os recursos não forem liberados no momento certo devido a cortes ou contingenciamentos.

Alternativa B: incorreta. Embora seja verdade que as restrições orçamentárias podem afetar a tempestividade, é incorreto afirmar que elas nunca afetam a previsibilidade. O problema de previsibilidade que pode ser causado pelas limitações orçamentárias é a incerteza sobre quando e quantos recursos estarão disponíveis.

Alternativa C: correta. De fato, as restrições/limitações orçamentárias ao longo do exercício podem afetar a tempestividade (o momento em que os recursos são disponibilizados) e a previsibilidade (a capacidade de antecipar quando esses recursos serão disponibilizados).

Alternativa D: incorreta. A alternativa D está incorreta, porque ela não aborda os impactos que uma restrição orçamentária pode trazer. Na verdade, o que se espera é justamente o oposto da alternativa, pois as limitações/restrições orçamentárias podem afetar significativamente tanto a previsibilidade quanto a tempestividade.

Alternativa E: incorreta. Está incorreta, porque as restrições orçamentárias podem, sim, impactar as políticas públicas. Afinal, se os recursos não são disponibilizados de forma previsível e tempestiva, a execução das políticas públicas pode ser comprometida.

Gabarito: Letra C

QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere os Textos a seguir para responder à questão dissertativa.

Texto 1

Uma pesquisa para investigar o falecimento de pessoas que foram expostas ao ambiente prisional mostra que a letalidade é, de fato, uma possibilidade real para quem, no Brasil, se torna uma pessoa sob a custódia estatal, ou seja, um detento ou uma detenta, por cometer um crime.

O levantamento “Letalidade prisional: uma questão de justiça e saúde pública”, encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da quinta edição da série Justiça Pesquisa, sintetiza essa realidade dos espaços de privação de liberdade do Brasil: morre-se muito, sabe-se pouco, registra-se quase nada; praticamente não se responsabiliza, tampouco se repara. O tempo médio de vida das pessoas depois que saem da prisão é de 548 dias e 28% dessas mortes ocorreram em eventos violentos.

Na apresentação dos dados, são explicitadas as causas da letalidade prisional provocada por morbidades como tuberculose, sífilis, suicídios e outras mortes violentas. Além disso, pessoas que passaram pelo sistema prisional faleceram e tiveram a morte identificada nos processos pela extinção da punibilidade.

Com isso a chamada morte natural é, na verdade, o resultado de um longo e tortuoso processo de adoecimento, falta de assistência, definhamento e óbito. Dos falecimentos dentro das cadeias que foram alvo da pesquisa, 62% tiveram como causa a insuficiência cardíaca; a sepse, ou infecção generalizada; a pneumonia; e a tuberculose. A asfixia mecânica, o estrangulamento ou sufocação indireta e as asfixias não especificadas representam, conforme o estudo, 15% dos casos. As mortes causadas por ferimento de arma de fogo e a agressão por objetos cortantes, penetrantes, perfurantes ou contundentes dentro da unidade prisional, somadas às mortes por enforcamento indireto, chegam a 25%.

A pesquisa lidou com dificuldades na comunicação e no registro do óbito, na garantia de direitos à pessoa custodiada e aos seus familiares, bem como na produção de dados estatísticos de mortes em estabelecimento prisional, hospital de internação psiquiátrica ou durante a saída temporária. O relatório informa que o controle inexistente ou ineficaz de informações sobre as mortes em estabelecimentos de custódia e sobre as violações dos direitos humanos são, em grande parte, decorrentes da violência estatal ou da precariedade das ações de promoção de saúde.

Estudos apontam que o agente penitenciário — identificado na literatura como “burocrata de nível de rua” — atua como intermediador de todas as atividades ligadas aos presos, seu acesso (ou não) a bens e serviços, suas saídas ao mundo exterior, contato com suas famílias, entre outros aspectos. Argumenta-se que tais profissionais são responsáveis pelo tipo de experiência de aprisionamento que o preso terá em nível psicológico: “humana,

indiferente ou brutal”.

Embora as legislações e regulamentações vindas “de cima” — isto é, do contexto normativo nacional e das regras organizacionais —, o contexto prisional pode proporcionar ao agente acumular diversas funções para a sua atuação: “Os custodiadores não somente têm o direito de emitir as ordens e regulamentos que devem guiar a vida do prisioneiro, mas também têm o direito de deter, julgar e punir qualquer indivíduo acusado de desobediência — uma mescla de funções legislativas, executivas e judiciais, o que tem sido considerado há muito tempo a marca da dominação completa.”

Ao olhar para o grupo específico dos agentes penitenciários, é preciso atentar para a complexidade do trabalho exercido e para a importância das relações estabelecidas no contexto prisional na tomada de decisão na implementação da política de saúde prisional. Esse olhar deve considerar condições de dimensões anteriores à sua capacidade de ação no dia a dia.

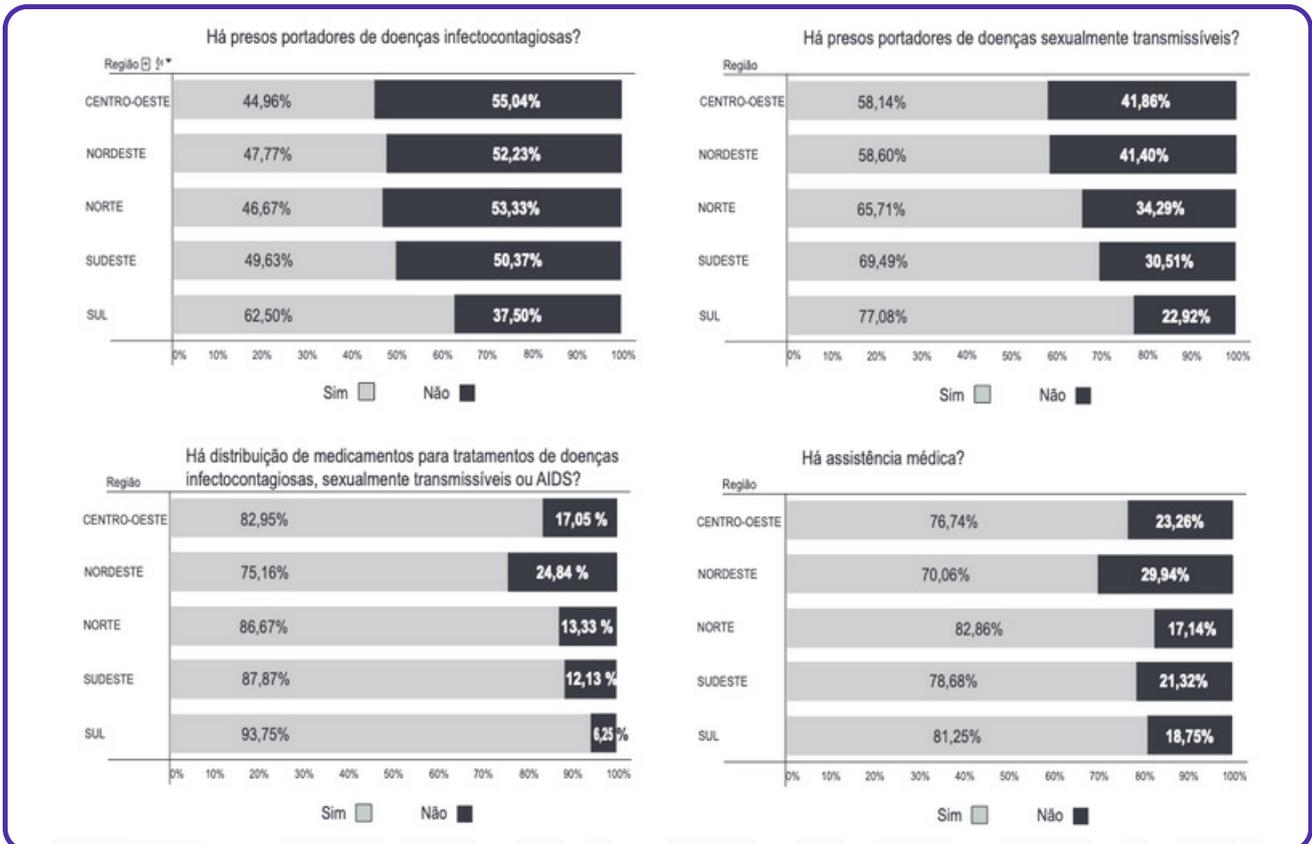
Dados apontam que a chance de os presidiários contraírem tuberculose, por exemplo, é 30 vezes maior que a do resto da população. Além disso, o risco de morte por enfraquecimento extremo é 1.350% maior para esses indivíduos. A baixa entrada de luz, os espaços com pouquíssima ventilação, a alta taxa de umidade e a presença constante de mofo nas celas são alguns dos fatores que contribuem para a inadequação desses espaços. Outros fatores que contribuem com esse cenário são a má alimentação dos presos e a questão da higiene devido à notável falta de condições básicas necessárias para a manutenção da integridade física desses sujeitos.

PESQUISA do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil. Agência CNJ de Notícias, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisa-do-cnj-destaca-problemas-de-saude-e-ameacas-contr-a-vida-nas-priso-es-do-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado

Texto 2

O Ministério da Saúde estabeleceu os critérios mínimos para implementação e funcionamento dos serviços de saúde no sistema prisional nacional, ao aprovar em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Entretanto, alguns números do sistema prisional ainda apontam limitações.

Os gráficos a seguir foram retirados do Sistema Prisional em Números, que é uma página do site do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os dados desse Sistema são compilados pelo CNMP, a partir das regulares inspeções aos estabelecimentos penais realizadas pelos membros do Ministério Público de todo o país. Nos gráficos, os números dizem respeito às respostas das unidades prisionais às perguntas que intitulam cada um deles.



CNMP. Sistema Prisional em Números. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado.

Em uma análise dos gráficos, observa-se o elevado adoecimento da população prisional em contraste com os percentuais de distribuição de medicamentos e assistência médica, por exemplo. Frente aos dilemas na implementação da PNAISP, redija um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas sobre a situação descrita analisando:

- o papel dos agentes penitenciários (burocratas de nível de rua) e como sua discricionariedade pode afetar a implementação da política;
- dois aspectos que caracterizam cada uma das dimensões que ocorrem na implementação da política: estrutural e individual;
- como o controle interno pode contribuir para resolução do problema de implementação da política;
- como o controle externo pode contribuir para resolução do problema de implementação da política.

Comentários:

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público, é crítica a situação da saúde no sistema prisional brasileiro. Diante desse cenário, o qual se deve, parcialmente, às dificuldades enfrentadas na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), faz-se necessário examinar o papel dos agentes penitenciários, as dimensões estruturais e individuais envolvidas, bem como os mecanismos de controle interno e externo.

Inicialmente, observe-se que os agentes penitenciários desempenham um papel central na aplicação das políticas de saúde dentro das prisões. Sua discricionariedade pode tanto facilitar quanto comprometer a eficácia da política. Por um lado, ela pode ser útil no sentido de adaptar as políticas às realidades locais e às especificidades individuais e de determinados segmentos; por outro, pode levar à subversão das diretrizes da PNAISP e a práticas arbitrárias, nas quais a atenção à saúde é concedida ou negada com base em critérios pessoais dos agentes. Assim, essa discricionariedade pode perpetuar a desumanização, caso os agentes penitenciários adotem uma postura mais punitiva do que de cuidado.

Assim como outras políticas públicas, a implantação da PNAISP desdobra-se nas dimensões estrutural e individual. A primeira está ancorada nas bases, nos fundamentos e na cultura do sistema prisional. Nessa dimensão, podem-se destacar o baixo apoio popular para medidas que venham a melhorar as condições dos detentos e a necessidade de uma atuação transversal para uma eficiente coordenação interinstitucional, que envolva as secretarias de saúde, a administração penitenciária e outros órgãos governamentais. Por sua vez, no nível individual, merecem destaque aspectos como a formação dos agentes e sua compreensão sobre os direitos dos detentos, os quais interferem diretamente na sua capacidade de executar as políticas de maneira alinhada às diretrizes estabelecidas.

Para a reversão desse contexto, é fundamental a atuação dos controles interno e externo. O interno, próprio das instituições prisionais, pode ser materializado por meio de auditorias, mecanismos de monitoramento e sistemas de “feedbacks” e denúncias. Com efeito, com a adoção de processos de fiscalização contínuos e com a existência de canais de informação, as instituições prisionais podem identificar rapidamente falhas na aplicação da política, de forma a permitir a correção antes que os problemas ocorram e/ou se agravem.

Por sua vez, o controle externo, exercido por órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, é fundamental para o sucesso da PNAISP. Por meio de inspeções independentes e da pressão por transparência e prestação de contas, esses atores externos podem identificar práticas inadequadas e exigir correções, garantindo que os direitos à saúde dos detentos sejam respeitados. A atuação dessas entidades promove a responsabilização dos gestores e a adequação das práticas institucionais às diretrizes legais e humanitárias.

Portanto, observa-se que a implementação da PNAISP enfrenta desafios que revelam as falhas estruturais e individuais do sistema prisional brasileiro. A incapacidade de garantir acesso à saúde dentro das prisões

compromete os direitos humanos e expõe a vulnerabilidade de um sistema que falha em proteger os mais marginalizados, o que enseja uma reflexão sobre as prioridades da sociedade em relação à dignidade humana.

(Elaboração: Prof. Marcio Damasceno)

BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TARDE

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIA, PESSOAS, PROJETOS E PROCESSOS

- 1. Um grupo de secretárias de uma organização que depende da mesma dotação orçamentária de escritório começou a barganhar entre si para saber quem iria adquirir novos equipamentos de informática e quem teria de continuar com o equipamento existente. Na decisão de quais interesses conflitantes seriam satisfeitos, as secretárias consideraram que os interesses do grupo são importantes, mas não merecem a desordem provocada por estilos mais assertivos. Assim sendo, as secretárias optaram pela abordagem da transigência na negociação, que**

- A)** promove os interesses de um membro do grupo à custa dos interesses dos outros, muitas vezes pelo recurso à autoridade.
- B)** permite que as outras partes satisfaçam seus interesses à custa dos interesses de um membro do grupo.
- C)** requer a permanência dos membros do grupo na neutralidade a todo custo ou a sua recusa em assumir um papel ativo nos procedimentos de resolução do conflito.
- D)** tenta satisfazer a todos mediante a consideração das diferenças e a busca de solução que resulte em ganho para todos os interessados.
- E)** procura a satisfação parcial de todos mediante a troca e o sacrifício, decidindo mais pela resolução aceitável do que pela resolução ótima.

Comentários:

Transigência em Negociação

A transigência é uma abordagem de negociação que busca alcançar uma solução intermediária, em que as partes envolvidas fazem concessões mútuas para resolver um conflito. Essa estratégia visa encontrar uma resolução aceitável para todos os envolvidos, mesmo que isso signifique que nenhuma das partes obtenha uma solução totalmente satisfatória. Segundo Chiavenato (2010), a transigência é frequentemente utilizada em situações onde os interesses das partes são importantes, mas a prioridade é evitar conflitos prolongados ou acirrados.

Julgamento das alternativas

(A) ERRADO - Essa descrição corresponde a uma abordagem competitiva ou assertiva, em que uma parte busca satisfazer seus interesses à custa dos outros, muitas vezes utilizando autoridade ou poder.

(B) ERRADO - Permitir que os outros satisfaçam seus interesses à custa de um membro do grupo se refere a uma abordagem de acomodação, não à transigência.

(C) ERRADO - A permanência na neutralidade ou a recusa em participar ativamente caracteriza a evitação, não a transigência.

(D) ERRADO - A busca de uma solução que resulte em ganho para todos os interessados é característica da colaboração, que difere da transigência por buscar um resultado que beneficie plenamente todas as partes.

(E) CERTO - A transigência procura a satisfação parcial de todos os envolvidos, através de concessões mútuas, resultando em uma solução aceitável, mas não necessariamente ótima, o que reflete a situação descrita na questão (Chiavenato, 2010).

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **E**, que descreve a transigência como a busca por uma solução que implica em concessões de todas as partes para alcançar um resultado aceitável.

Referência Bibliográfica

Chiavenato, I. (2014). *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. São Paulo: Manole.

Gabarito: letra E

2. Uma empresa pública da área de desenvolvimento e inovação decidiu utilizar em seu planejamento a ferramenta para aumentar o foco e o engajamento através de objetivos e resultado-chave (OKR, na sigla em inglês) que representam os resultados mais importantes para o negócio e para os clientes. Nesse sentido, é relevante para toda a organização, porém monitorado pelo time de gestão de pessoas, o seguinte OKR:

- A) ampliar a interação com setor produtivo para superação de barreiras técnicas; aumento do número de demandas do setor produtivo.
- B) aprimorar a gestão e governança com foco em políticas públicas; percentual de elaboração do orçamento participativo.
- C) estruturar relacionamento com setor produtivo para pesquisa e desenvolvimento; aumento da captação de recursos para projetos de extensão tecnológica.
- D) promover soluções para apoio à economia verde e descarbonização; quantidade de soluções entregues sobre quantidade das consultas.
- E) tornar a autarquia mais atrativa para captar e reter servidores; relação entre quantidade de entradas de servidores versus saídas da autarquia.

Comentários:

- A) Errado. O setor produtivo não é um OKR - objetivo monitorado pelo time de gestão de pessoas.
- B) Errado. Aprimorar a governança com foco em políticas públicas não é um OKR - objetivo monitorado pelo time de gestão de pessoas.
- C) Errado. Nenhum dos objetivos relacionados na alternativa é monitorado pelo time de gestão de pessoas.
- D) Errado. Nenhum dos objetivos relacionados na alternativa é monitorado pelo time de gestão de pessoas.
- E) Certo. A área de gestão de pessoas monitora os objetivos relacionados às políticas de gestão de pessoas, com vistas ao atendimento das estratégias organizacionais e simultaneamente aos objetivos das pessoas.

Gabarito: letra E

3. O sucesso de um programa de segurança está diretamente relacionado a sua estruturação em comitês formados por especialistas, trabalhadores e gestores, com as finalidades de investigar os riscos e definir políticas e normas de segurança. Para cumprir tais finalidades, é necessário reconhecer que fatores como o trabalho em si, as condições de trabalho e a natureza do trabalhador influenciam na segurança e na saúde de trabalhadores.

A esse respeito, fatores relacionados à natureza da pessoa trabalhadora estão exemplificados a seguir:

- A) manejo de substâncias tóxicas, contaminantes ou inflamáveis
- B) carência de equipamentos de proteção e/ou falhas de sinalização
- C) impulsividade, agressividades e dificuldade psicomotora ou perceptiva
- D) jornadas extensas, ruídos elevados ou iluminação inadequada
- E) máquinas mal projetadas ou equipamentos mal conservados

Comentários:

- A) Errado. Os fatores estão relacionados ao trabalho em si, e não à natureza da pessoa trabalhadora.
- B) Errado. Os fatores estão relacionados às condições de trabalho, e não à natureza da pessoa trabalhadora.
- C) Certo. Os fatores estão relacionados à natureza da pessoa e a questões pessoais.
- D) Errado. Os fatores estão relacionados às condições de trabalho, e não à natureza da pessoa trabalhadora.
- E) Errado. Os fatores estão relacionados às condições de trabalho, e não à natureza da pessoa trabalhadora.

Gabarito: letra C

4. O fenômeno da liderança nas organizações é multidimensional e multifacetado, havendo diferenças entre as várias definições. Em determinada situação de trabalho, por exemplo, pode ocorrer de um líder constantemente pautar sua ação em elevar o seu moral, a motivação e o moral dos seus seguidores, em detrimento dos próprios interesses (seus e dos seguidores) para o bem da organização, dando atenção e aconselhamento individual, construindo uma resolução conjunta de problemas e tomada de decisão.

O exemplo acima descreve uma liderança do tipo

- A) transformacional
- B) transacional
- C) carismática
- D) autocrática
- E) liberal

Comentários:

Liderança Transformacional

A liderança transformacional é um estilo de liderança em que o líder inspira e motiva os seguidores a transcenderem seus interesses pessoais em prol do bem maior da organização. Esse tipo de líder se concentra em elevar o moral e a motivação da equipe, fomentando um ambiente de confiança e engajamento. Além disso, o líder transformacional oferece suporte individualizado e encoraja a participação conjunta na resolução de problemas e na tomada de decisões. Segundo Bass e Avolio (1994), o líder transformacional busca transformar a cultura organizacional e promover mudanças positivas, tanto nos indivíduos quanto na organização como um todo.

Julgamento das alternativas

(A) **CERTO** - A liderança transformacional é exatamente descrita na questão, estilo oem que o líder eleva o moral e a motivação dos seguidores, coloca os interesses da organização acima dos seus próprios, e promove uma resolução conjunta de problemas e tomadas de decisão (Bass & Avolio, 1994).

(B) **ERRADO** - A liderança transacional é baseada em trocas ou transações entre o líder e os seguidores, em que recompensas são oferecidas em troca de desempenho. Não se concentra em elevação moral ou transformação organizacional, como no exemplo descrito.

(C) **ERRADO** - A liderança carismática envolve um líder que inspira e atrai seguidores por meio de seu carisma e personalidade magnética, mas o foco em aconselhamento individual e resolução conjunta de problemas é mais característico da liderança transformacional.

(D) **ERRADO** - A liderança autocrática é caracterizada por um líder que toma decisões unilaterais e impõe sua vontade aos seguidores, sem envolvê-los na resolução de problemas ou na tomada de decisões.

(E) **ERRADO** - A liderança liberal, ou *laissez-faire*, refere-se a um estilo de liderança em que o líder oferece pouca ou nenhuma direção aos seguidores, permitindo que tomem suas próprias decisões. Isso contrasta com a descrição de um líder ativo e envolvente apresentada na questão.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a A, que descreve o estilo de liderança transformacional no qual o líder foca em motivar e inspirar os seguidores em prol do bem da organização, com aconselhamento individualizado e participação conjunta na tomada de decisões.

Referência Bibliográfica

Bass, B. M., & Avolio, B. J. (1994). *Improving organizational effectiveness through transformational leadership*. Sage Publications.

Gabarito: letra A

5. Um ministério decidiu capacitar seus colaboradores por meio de trilhas de conhecimento. No ambiente virtual de aprendizagem foram organizados tematicamente textos, vídeos e podcasts, em uma sequência de passos estruturados a serem seguidos pelo colaborador. Após o estudo do material, o participante responde a questões auto administráveis e recebe feedback imediato de forma a permitir a reavaliação do aprendizado.

A estratégia de capacitação desenvolvida pela empresa baseia-se na noção de

- A) dinâmica de grupo
- B) instrução programada
- C) mentoria e orientação
- D) oficina de trabalho
- E) rotação de trabalho

Comentários:

Instrução Programada

A instrução programada é uma estratégia educacional que organiza o conteúdo de aprendizagem em pequenos passos, permitindo que o aluno avance de maneira sequencial e individualizada. Cada etapa do aprendizado é seguida por uma verificação imediata do progresso, geralmente por meio de questões ou testes com feedback instantâneo. Essa abordagem é bastante eficaz em ambientes virtuais de aprendizagem, pois facilita o autogerenciamento do conhecimento e a reavaliação contínua. Segundo Chiavenato (2010), a instrução programada promove uma aprendizagem estruturada e organizada, que ajuda o indivíduo a progredir em seu próprio ritmo, com correções e orientações contínuas.

Julgamento das alternativas

(A) ERRADO - A dinâmica de grupo envolve atividades que promovem a interação entre os participantes, focando no desenvolvimento de habilidades interpessoais. No entanto, o cenário descrito na questão foca na aprendizagem individualizada e estruturada.

(B) CERTO - A estratégia descrita na questão corresponde à instrução programada, em que o conteúdo é apresentado em uma sequência lógica e estruturada, e o participante recebe feedback imediato após responder a questões autoadministráveis, permitindo a reavaliação do aprendizado (Chiavenato, 2010).

(C) ERRADO - Mentoria e orientação envolvem um acompanhamento mais personalizado e contínuo por parte de um mentor, o que não se aplica ao contexto de trilhas de conhecimento com feedback automatizado.

(D) ERRADO - Oficinas de trabalho envolvem atividades práticas e colaborativas em grupo, o que não corresponde à abordagem individualizada e autoadministrável descrita na questão.

(E) ERRADO - Rotação de trabalho refere-se à prática de alternar os colaboradores entre diferentes funções ou departamentos, visando ao desenvolvimento de múltiplas habilidades, o que não é o caso aqui.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **B**, que descreve a estratégia de **instrução programada**, na qual o colaborador segue uma sequência de aprendizado estruturado com feedback imediato e autoadministrável.

Referência Bibliográfica

Chiavenato, I. (2010). *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Elsevier.

Gabarito: letra B

6. Uma determinada autarquia federal publicou recentemente seu plano estratégico e se apresenta como tendo a finalidade máxima de “Viabilizar soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras, em prol da prosperidade econômica e bem-estar da nossa sociedade”.

A apresentação da autarquia sustenta-se no conceito de

- A) análise de cenário
- B) indicador de desempenho
- C) missão organizacional
- D) objetivos estratégicos
- E) visão de futuro

Comentários:

A declaração da autarquia não se concentra em como ela avalia o ambiente, mede seu desempenho, define metas específicas ou visualiza seu futuro. Concentra-se em seu propósito central, o que a caracteriza como sua missão.

Portanto, a apresentação da autarquia se sustenta no conceito de missão organizacional. A Missão Organizacional define o propósito fundamental de uma organização, ou seja, a razão de sua existência. A declaração apresentada pela autarquia descreve claramente seu propósito central, o que ela busca alcançar em sua essência.

As outras opções não se encaixam:

Análise de Cenário: é um processo de avaliação do ambiente externo para identificar oportunidades e ameaças.

Indicador de Desempenho: é uma métrica utilizada para medir o progresso em relação aos objetivos.

Objetivos Estratégicos: são metas específicas e mensuráveis que a organização pretende alcançar.

Visão de Futuro: é uma imagem inspiradora do que a organização almeja ser no futuro.

Gabarito: letra C

7. O exercício da liderança no serviço público requer o desenvolvimento de competências particulares. Dentre elas, destaca-se a competência de reconhecer a organização pública como uma arena de disputas entre visões de mundo em que coexiste uma multiplicidade de interesses legítimos e, por vezes, conflitantes. As organizações lidam com horizontes temporais, multiplicidade de atores, interesses e relações desde a esfera da equipe de trabalho até as interações com outras organizações e a sociedade.

Segundo a descrição, a liderança em organizações públicas requer o desenvolvimento de competência

- A) de mobilização de equipe
- B) de tomada de decisão
- C) para inovação
- D) político-gerencial
- E) técnico-funcional

Comentários:

Competências de Liderança no Serviço Público

A liderança no serviço público envolve o desenvolvimento de competências que vão além da simples gestão de equipes ou processos. Ela exige uma compreensão profunda da complexidade das organizações públicas, em que múltiplos interesses, visões de mundo e atores estão em constante interação e, por vezes, em conflito. De acordo com Pacheco (2017), uma competência crítica para líderes no setor público é a competência **político-gerencial**, que consiste na capacidade de navegar e mediar esses interesses divergentes, promovendo o diálogo, a cooperação e a tomada de decisões equilibradas que atendam ao bem comum. Essa competência permite ao líder gerenciar não só as questões internas da organização, mas também suas relações externas com outras organizações e a sociedade.

Julgamento das alternativas

- (A) ERRADO** - A competência de mobilização de equipe é importante, mas a questão destaca a necessidade de lidar com interesses conflitantes e visões de mundo, o que se refere mais à competência político-gerencial.
- (B) ERRADO** - Tomada de decisão é uma competência essencial, mas a questão aborda a gestão de múltiplos interesses e a mediação de conflitos, o que vai além de simplesmente tomar decisões.
- (C) ERRADO** - A competência para inovação é relevante, mas o foco da questão está na gestão de interesses e nas visões conflitantes, característica da competência político-gerencial.
- (D) CERTO** - A competência político-gerencial é exatamente o que a questão descreve, pois envolve reconhecer e mediar a multiplicidade de interesses e visões de mundo em uma organização pública, conforme destacado por Pacheco (2017).
- (E) ERRADO** - A competência técnico-funcional está relacionada às habilidades específicas e técnicas para o desempenho de funções, mas não aborda a complexidade política e gerencial descrita na questão.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **D**, que aponta para a competência **político-gerencial** como essencial para liderar em um ambiente público complexo e repleto de interesses diversos.

Referência Bibliográfica

Pacheco, R. S. (2017). *Liderança no setor público: Desafios e competências*. Editora FGV.

Gabarito: letra D

8. A avaliação da maturidade de processos de negócio consiste na identificação de como os processos de uma organização estão sendo definidos, administrados, medidos, controlados e otimizados, para comparar essas informações com as melhores práticas definidas em modelos de referência reconhecidos no mercado.

Ao realizar essa avaliação, o principal objetivo de uma organização é

- A) ajudar no desenho da cadeia de valor da organização.
- B) assegurar que os processos de negócio se mantenham permanentemente alinhados à estratégia organizacional e ao foco do cliente.
- C) definir qual é a melhor ferramenta de gerenciamento de processos disponibilizada no mercado.
- D) identificar as lacunas para suportar a criação de planos de ação para aumentar a maturidade processual da organização.
- E) saber se os modelos de referência no mercado podem ser implementados sem a necessidade de mapear os processos atuais.

Comentários:

A resposta correta é a D: identificar as lacunas para suportar a criação de planos de ação para aumentar a maturidade processual da organização.

Vamos analisar o porquê:

Avaliação da maturidade de processos: o objetivo central dessa avaliação é identificar o nível de maturidade dos processos da organização, comparando-os com as melhores práticas do mercado. Essa comparação permite identificar as áreas em que a organização precisa melhorar.

Identificação de lacunas e planos de ação: ao identificar as áreas em que os processos estão aquém das melhores práticas, a organização pode criar planos de ação para aprimorá-los. Isso leva a um aumento da maturidade processual, que, por sua vez, traz benefícios como maior eficiência, redução de custos e melhor atendimento ao cliente.

Outras opções:

(A) A cadeia de valor é um conceito mais amplo que a maturidade dos processos. A avaliação da maturidade pode contribuir para o desenho da cadeia de valor, mas não é seu objetivo principal.

(B) O alinhamento dos processos com a estratégia e o foco no cliente é um resultado desejado da melhoria da maturidade, mas não o objetivo principal da avaliação em si.

(C) A escolha da ferramenta de gerenciamento de processos é uma decisão posterior à avaliação da maturidade e depende das necessidades específicas da organização.

(E) Os modelos de referência servem como guia para a melhoria dos processos, mas não podem ser implementados sem um mapeamento e entendimento dos processos atuais.

Em resumo: a avaliação da maturidade de processos visa identificar as áreas de melhoria para que a organização possa criar planos de ação e aumentar sua maturidade processual, trazendo diversos benefícios.

Gabarito: letra D

9. Considere um gerente de projetos responsável por coordenar a implantação de um novo sistema de vendas on-line de uma organização. O nível executivo da empresa enfatizou a importância de o projeto ser finalizado no prazo previsto, contudo o gerente de projetos tem enfrentado dificuldades no gerenciamento do tempo, visto que há atividades que não foram ainda finalizadas segundo a linha de base do cronograma. Uma solução de contorno para essa situação seria a alocação, na equipe de projeto, de dois profissionais experientes da área de tecnologia da informação da empresa, porém o gerente da área tecnológica não autorizou a transferência dos profissionais do seu time para a equipe do projeto. Outra dificuldade surgida relaciona-se à necessidade da aquisição de dois equipamentos de comunicação de dados que estavam fora da linha de base de custos do projeto, e o gerente de projetos não possui autonomia na gestão financeira para fazer essas novas aquisições diretamente. Considerando-se o cenário descrito, é provável que esse projeto esteja inserido em uma organização com a estrutura organizacional

- A) funcional
- B) horizontal
- C) matricial forte
- D) orientada a projetos
- E) orientada a cronograma

Comentários:

O cenário destaca um gerente de projeto enfrentando desafios na alocação de recursos e no controle financeiro. O gerente de projeto não consegue obter diretamente recursos (profissionais experientes) de outro departamento (TI), mesmo que isso beneficie o projeto. Isso indica autoridade limitada e sugere que os gerentes funcionais têm forte controle sobre seus recursos.

O gerente de projeto também não possui autonomia financeira para adquirir o equipamento necessário, o que enfatiza ainda mais sua autoridade restrita.

Avaliação das opções:

(A) funcional: essa estrutura é caracterizada por departamentos funcionais fortes, em que os gerentes têm controle significativo sobre os recursos. Isso se alinha com os desafios enfrentados pelo gerente de projeto no cenário.

(B) horizontal: estruturas horizontais enfatizam o trabalho em equipe e a colaboração entre funções. É improvável nesse cenário, pois o gerente de projeto enfrenta dificuldades em obter recursos de outro departamento.

(C) matricial forte: em uma matriz forte, o gerente de projeto tem mais autoridade e controle sobre os recursos em comparação com uma matriz fraca. No entanto, o cenário sugere que o gerente de projeto tem autoridade limitada, tornando essa opção menos provável.

(D) orientada a projetos: em uma organização orientada a projetos, os gerentes de projeto têm alta autoridade e controle sobre os recursos. Isso contradiz as limitações experimentadas pelo gerente de projeto no cenário.

(E) orientada a cronograma: embora a adesão ao cronograma seja importante, não é um tipo principal de estrutura organizacional. Os desafios descritos estão mais relacionados à autoridade e à alocação de recursos do que ao foco no cronograma.

Conclusão: com base nas evidências do cenário, o projeto provavelmente está situado em uma estrutura organizacional funcional.

Gabarito: letra A

10. Considere um projeto que tem como objetivo implantar um novo módulo no sistema de automação industrial de uma empresa de veículos. A duração de tempo planejada para o projeto é de quinze meses e o cumprimento desse prazo sem atrasos é uma premissa estabelecida pelo nível executivo alinhada à estratégia de negócio da empresa. Uma das atividades programadas para o último final de semana não foi concluída, visto que havia tarefas a serem realizadas em um pátio externo da planta industrial da empresa e uma forte tempestade ocorreu por todo o período programado, gerando alagamento na área em que o trabalho estava ocorrendo. Além da não execução da atividade, alguns equipamentos sofreram danos sem possibilidade de recuperação. Não houve, no gerenciamento desse projeto, o desenvolvimento de um plano de resposta aos riscos.

Suponha que esse projeto tivesse sido gerenciado segundo as melhores práticas do PMBOK, as quais recomendam o desenvolvimento de um plano de resposta aos riscos, e que o evento ocorrido tivesse sido mapeado, sendo o seu impacto no cronograma do projeto avaliado devidamente.

Nesse caso, qual ação de resposta poderia ter sido especificada para esse projeto, caso fosse escolhida uma estratégia de mitigação de risco?

- A) Aquisição de um seguro para cobrir possíveis danos nos equipamentos.
- B) Criação de um fundo de reservas financeiras para cobrir possíveis danos nos equipamentos.
- C) Monitoramento das condições climáticas para o período de execução da atividade e execução de um plano de contingência para construção de uma cobertura temporária no pátio externo com proteção contra chuvas e alagamento, caso fosse necessário.

- D) Programação da atividade em datas com menor probabilidade de chuvas e tempestades, dependendo das informações meteorológicas monitoradas ao longo do período de execução do projeto.
- E) Renegociação do orçamento planejado com o patrocinador do projeto.

Comentários:

Essa questão foi objeto de recurso, que ficou assim: “Solicito a anulação da questão acima referida, com base nos seguintes argumentos:

- Duplicidade de respostas corretas: a questão apresenta duas alternativas que podem ser consideradas corretas, induzindo o candidato ao erro e comprometendo a objetividade da avaliação.

Alternativas corretas:

Alternativa C: essa alternativa apresenta uma ação de mitigação de risco clara, ao propor o monitoramento das condições climáticas e a implementação de um plano de contingência para proteção contra chuva e alagamento. A ação visa reduzir o impacto do risco identificado (tempestade e inundação), caracterizando uma estratégia de mitigação.

Alternativa D: essa alternativa também configura uma ação de mitigação de risco, ao programar a atividade em datas com menor probabilidade de chuva e tempestades, com base em informações meteorológicas. A ação busca reduzir a probabilidade de ocorrência do risco, também se enquadrando em uma estratégia de mitigação.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão 10, com a consequente atribuição dos pontos correspondentes a todos os candidatos, de forma a garantir a isonomia e a justiça do concurso.”

Gabarito do professor: anulada

Gabarito preliminar: letra C

EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

11. Por ser um processo sistemático para identificar, avaliar, monitorar e responder aos gargalos que reduzem as chances de alcance dos objetivos estratégicos de determinada ação política, a gestão de riscos é fundamental para a

- A) ampliação das políticas públicas e da burocracia estatal
- B) formação de stakeholders e lideranças comunitárias
- C) gestão governamental e a governança pública
- D) informatização das Prefeituras e dos comitês populares
- E) qualificação dos eleitores e formadores de opinião

Comentários:

A resposta correta é C: gestão governamental e a governança pública.

Vamos analisar o porquê:

Gestão de riscos e seus objetivos: a gestão de riscos busca identificar e lidar com os obstáculos que podem impedir o sucesso de uma ação política. Isso envolve analisar, avaliar e monitorar os riscos, além de elaborar respostas para mitigá-los ou controlá-los.

Importância para a gestão governamental e governança pública: A gestão de riscos é crucial para que o governo possa implementar políticas públicas de forma eficiente e eficaz. Ao identificar e lidar com os riscos, o governo aumenta as chances de sucesso de suas ações, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados da melhor forma possível e que os objetivos estratégicos sejam alcançados. Além disso, a gestão de riscos contribui para a transparência e a prestação de contas, elementos essenciais da governança pública.

Outras opções:

- (A) A gestão de riscos não visa ampliar a burocracia, mas sim otimizar os processos e garantir a eficiência das ações governamentais.
- (B) Embora a gestão de riscos possa envolver a comunicação com stakeholders, sua finalidade principal não é a formação de lideranças comunitárias.
- (D) A informatização pode ser uma ferramenta utilizada na gestão de riscos, mas não é o seu foco principal.
- (E) A gestão de riscos não está diretamente relacionada à qualificação dos eleitores ou formadores de opinião.

Em resumo: a gestão de riscos é fundamental para a gestão governamental e a governança pública, pois permite que o governo identifique e lide com os obstáculos que podem comprometer o sucesso de suas ações, garantindo a eficiência, a eficácia e a transparência na implementação de políticas públicas.

Gabarito: letra C

12. O Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg) é um composto estruturante do Governo Federal, responsável por fornecer as estruturas dos órgãos da Administração Federal, sendo referência na tabela de unidades organizacionais para os outros sistemas estruturantes. Compete às unidades setoriais e seccionais do Siorg

- A) definir, padronizar, sistematizar e estabelecer os procedimentos inerentes às atividades de organização e inovação institucional, por meio da edição de enunciados e de instruções.
- B) estabelecer fluxos de informação entre as unidades integrantes do Siorg e os demais sistemas de atividades auxiliares, com vistas a subsidiar os processos de decisão e a coordenação das atividades governamentais.
- C) administrar o cadastro de órgãos e de entidades.
- D) promover estudos e propor a criação, a fusão, a reorganização, a transferência e a extinção de órgãos e de entidades.
- E) desenvolver padrões de qualidade e funcionalidade destinados à melhoria do desempenho dos trabalhos e dos serviços prestados.

Comentários:

A resposta correta é a alternativa E: desenvolver padrões de qualidade e funcionalidade destinados à melhoria do desempenho dos trabalhos e dos serviços prestados.

Vamos analisar o porquê:

Unidades setoriais e seccionais do SIORG: essas unidades são responsáveis pela implementação das políticas de organização e inovação institucional em seus respectivos ministérios, autarquias e fundações. Seu foco principal é garantir que as atividades e os serviços prestados estejam alinhados com os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos pelo SIORG.

Analisando as outras opções:

(A) “definir, padronizar, sistematizar e estabelecer os procedimentos inerentes às atividades de organização e inovação institucional, por meio da edição de enunciados e de instruções”. Essa função é mais característica do órgão central do SIORG, que define as diretrizes gerais.

(B) “estabelecer fluxos de informação entre as unidades integrantes do SIORG e os demais sistemas de atividades auxiliares, com vistas a subsidiar os processos de decisão e a coordenação das atividades governamentais”. Embora as unidades setoriais e seccionais participem do fluxo de informações, essa função é mais abrangente e envolve a coordenação de todo o sistema.

(C) “administrar o cadastro de órgãos e de entidades”. Essa é uma função centralizada no órgão central do SIORG.

(D) “promover estudos e propor a criação, a fusão, a reorganização, a transferência e a extinção de órgãos e de entidades”. Essa função também é de responsabilidade do órgão central, que tem uma visão mais ampla da estrutura do governo.

Em resumo: as unidades setoriais e seccionais do SIORG têm um papel fundamental na implementação e no acompanhamento das políticas de organização e inovação, buscando a melhoria contínua dos processos e serviços prestados pelos órgãos e entidades a elas vinculados. A opção E reflete essa atribuição de forma mais precisa.

Gabarito: letra E

13. As atividades de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação são exemplos de atividades que compõem a gestão

- A) financeira
- B) contábil
- C) patrimonial
- D) cultural
- E) trabalhista

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. As atividades listadas são funções da gestão de patrimônio e não gestão financeira.

A **alternativa B** está incorreta. As atividades listadas são funções da gestão de patrimônio e não gestão contábil.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Questão clássica que cobra o conhecimento de basicamente

todas as funções mais importantes da gestão patrimonial, ou seja: tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa e incorporação.

A **alternativa D** está incorreta. As atividades listadas são funções da gestão de patrimônio e não gestão cultural.

A **alternativa E** está incorreta. As atividades listadas são funções da gestão de patrimônio e não gestão trabalhista

Gabarito: letra C

14. Em relação aos bens imobiliários da Administração Pública, um se destaca como correspondendo a áreas que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, como, por exemplo, em atividades de pesquisa científica e turismo ecológico. Tais áreas serão necessariamente de domínio público (federal, estadual ou municipal, conforme o caso). Essa categoria de patrimônio imobiliário refere-se a

- A) ilhas
- B) terrenos de marinha
- C) margens de rios
- D) terras indígenas
- E) unidades de conservação

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado se refere às unidades de conservação de acordo com a Lei 9.985/2000 e não às ilhas. Veja os comentários e o texto legal na alternativa gabarito, abaixo.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado refere-se às unidades de conservação de acordo com a Lei nº 9.985/2000 e não aos terrenos de marinha. Veja os comentários e o texto legal na alternativa gabarito, abaixo.

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado refere-se às unidades de conservação de acordo com a Lei nº 9.985/2000 e não às margens de rios. Veja os comentários e o texto legal na alternativa gabarito, abaixo.

A **alternativa D** está incorreta. O enunciado refere-se às unidades de conservação de acordo com a Lei 9.985/2000 e não às terras indígenas. Veja os comentários e o texto legal na alternativa gabarito, abaixo.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A questão faz referência direta à Lei 9.985/2000, que descreve as unidades de conservação, boa parte delas de fato não habitadas pelo homem, de domínio público e sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, como, por exemplo, em atividades de pesquisa

científica e turismo ecológico. Vejamos o que diz a Lei:

LEI n° 9.985/2000:

Art. 7° As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1° O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2° O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais

Gabarito: letra E

15. Qual é o principal aspecto da tecnologia de blockchain aplicada à logística?

- A) Diminuição da importância da segurança de dados
- B) Aumento da complexidade nas transações comerciais
- C) Transparência e segurança aprimoradas nas transações
- D) Redução na velocidade de processamento de transações
- E) Aumento da necessidade de intermediários no processo de verificação

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. Ao contrário, a adoção do *blockchain* aumenta a importância da segurança de dados.

A **alternativa B** está incorreta. Ao contrário, a adoção do *blockchain* diminui a complexidade nas transações comerciais.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O *blockchain* é tradicionalmente uma tecnologia marcada pela transparência nas operações e pela segurança que traz ao sistema. A tecnologia *blockchain* é um mecanismo de banco de dados avançado que permite o compartilhamento transparente de informações na rede de uma empresa. Um banco de dados *blockchain* armazena dados em blocos interligados em uma cadeia. Os dados são

cronologicamente consistentes porque não é possível excluir nem modificar a cadeia sem o consenso da rede.

A **alternativa D** está incorreta. Ao contrário, a adoção do *blockchain* aumenta a velocidade de processamento de transações.

A **alternativa E** está incorreta. Ao contrário, a adoção do *blockchain* diminui a necessidade de intermediários no processo de verificação.

Gabarito: letra C

16. Qual é o principal objetivo do governo eletrônico (e-gov)?

- A) Reduzir a transparência governamental para aumentar a eficiência operacional.
- B) Limitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos para controlar a demanda.
- C) Diminuir a comunicação entre diferentes setores do governo.
- D) Aumentar a complexidade dos processos governamentais para melhorar a segurança.
- E) Promover a inclusão digital e a participação cidadã por meio da tecnologia.

Comentários:

O governo eletrônico consiste na utilização, pelo governo, das ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), com os objetivos de:

- **democratizar o acesso à informação (inclusão digital);**
- modernizar a máquina pública / **minimizar a burocracia pública;**
- reduzir custos e **melhorar a eficiência** da Administração Pública no que se refere aos seus **processos internos;**
- **aumentar a eficiência** e a qualidade dos serviços públicos;
- **permitir maior participação popular do cidadão** na gestão pública;
- **aumentar a transparência**, o controle social e a *accountability*;
- criar mecanismos de gestão do conhecimento;
- aprimorar a governança.

Vejamos cada uma das alternativas:

Letra A: errada. O que se busca é aumentar a transparência governamental.

Letra B: errada. Um dos objetivos do governo eletrônico é aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

Letra C: errada. O que se busca é aumentar a comunicação entre diferentes setores do governo.

Letra D: errada. O governo eletrônico busca diminuir a complexidade dos processos governamentais (ou seja, busca favorecer a melhoria dos processos).

Letra E: correta. De fato, um dos objetivos do governo eletrônico é promover a inclusão digital e a participação cidadã por meio da tecnologia.

Gabarito: letra E

17. Um estaleiro público está enfrentando um incremento de demanda por novas unidades, acarretando altos custos de estoques no processo de fabricação.

Qual estratégia o gerente de estoques desse estaleiro poderia adotar para otimizar o controle de estoque?

- A) Compra antecipada de grandes quantidades
- B) Implementação de um sistema de inventário periódico
- C) Centralização do estoque em um único local
- D) Eliminação de todas as formas de inventário
- E) Uso do sistema Just-In-Time (JIT)

Comentários:

A alternativa A está incorreta. A compra antecipada de grandes quantidades não diminuirá os custos dos estoques, ao contrário, tende a aumentá-los.

A alternativa B está incorreta. A implementação de um sistema de inventário periódico ajuda no controle (caso o atual sistema seja apenas o de inventário anual), mas não necessariamente impacta os custos da atividade.

A alternativa C está incorreta. A banca optou por aceitar a aplicabilidade do Just-In-Time na Administração Pública (veja abaixo na alternativa gabarito da questão) e considerou a centralização uma alternativa incorreta. Eu particularmente discordo pois entendo que, na verdade, a centralização é a única das ações propostas capaz de, ao mesmo tempo, reduzir custos da atividade de gestão de estoques (sem eliminá-la) e ampliar o seu controle. A centralização de processos (entre eles, o da gestão de estoques) classicamente diminui a complexidade, reduz custos (por diminuir espaços ocupados e recursos humanos alocados) e, sem dúvida, cria um cenário de controle mais apropriado do que o existente em uma gestão de estoques descentralizada. Dessa forma, a alternativa C é a única alternativa que atende ao comando da questão tanto em relação à necessidade de redução de custos como em relação à otimização do seu controle, ao contrário do Just-In-Time, que teria como objetivo simplesmente

a sua eliminação e, mesmo assim, é inaplicável em organismos públicos (veja abaixo na alternativa gabarito da questão).

A alternativa D está incorreta. A eliminação de todas as formas de inventário tende a trazer menos controle a todo o processo e não a sua otimização.

A alternativa E está correta e é o gabarito da questão. A banca optou por aceitar a aplicação do Just-In-Time na Administração Pública, mesmo contrariando o que diz o ENAP em relação ao tema. Vejamos:

Logicamente, a operacionalização do *Just in Time*, nos casos de aquisição do material no mercado, requer um tempo de resposta do fornecedor bastante ágil. Nem sempre isso é observado em órgãos públicos.

No setor público, a regra é que as compras sejam processadas mediante licitação. As tarefas da fase interna da licitação (especificação dos materiais a serem adquiridos, pesquisa de preços, definição da modalidade licitatória, confecção de minutas de edital/ contratos, análise jurídica e autorização da licitação) e da fase externa (publicação, abertura, adjudicação, respostas a eventuais recursos) por vezes chegam a se alongar por cerca de seis meses (ou mais). Isso, seguramente, torna inviável a adoção do Just in Time.

Levando em conta a inaplicabilidade da ferramenta na Administração Pública e, mais do que isso, o fato de que o Just-In-Time busca a eliminação dos estoques, portanto, não é uma ferramenta indicada para o seu simples controle ao longo do tempo, discordo deste gabarito.

18. Como a legislação influencia a logística reversa?

- A) Limitando importações de difícil reciclagem.
- B) Regulando o setor bancário, financeiro e de seguros.
- C) Impondo regulamentações que exigem a participação das empresas em programas de logística reversa.
- D) Normatizando currículos e qualificação dos professores.
- E) Encorajando a produção de embalagens de uso único para facilitar o descarte.

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. Limitar importações de difícil reciclagem aparentemente não influenciará o processo de logística reversa como um todo.

A **alternativa B** está incorreta. Os setores bancário, financeiro e de seguros não têm impacto relevante e direto nos processos de logística reversa.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. A imposição de regulamentações que exigem a participação das empresas em programas de logística reversa certamente trará mais atores para o processo, que já poderiam estar praticando a logística reversa, mas não se sentem impelidos por não enxergarem os reais benefícios do processo. A legislação pode, de fato, ser esse ponto de partida.

A **alternativa D** está incorreta. Normatizar currículos e qualificação dos professores não tem qualquer impacto no processo de logística reversa.

A **alternativa E** está incorreta. Encorajar a produção de embalagens de uso único para facilitar o descarte na verdade dificulta, e não auxilia o processo de logística reversa.

Gabarito: letra C

19. A Inteligência Artificial (IA) pode ser aplicada na gestão pública para

- A) tomar decisões éticas complexas.
- B) gerenciar relações humanas e comunicação empática.
- C) resolver e mediar conflitos interpessoais.
- D) otimizar a alocação de recursos e a previsão de demandas de serviços.
- E) avaliar de forma subjetiva a educação e os serviços personalizados.

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. A IA ainda não é a melhor ferramenta para a tomada de decisões éticas complexas.

A **alternativa B** está incorreta. A IA ainda não está pronta para gerenciar relações humanas e comunicação empática.

A **alternativa C** está incorreta. De modo geral, a IA também teria problemas para resolver e mediar conflitos interpessoais.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. De modo geral, a IA deve ser aplicada em processo com avaliação objetiva e totalmente mensurável, justamente como a alocação de recursos e a previsão de demandas de serviços.

A **alternativa E** está incorreta. A IA não é a ferramenta ideal para avaliações subjetivas.

Gabarito: letra D

20. Em resposta a uma série de desastres naturais que atingiram o norte do Brasil, uma ONG internacional especializada em logística humanitária mobilizou uma operação de emergência para fornecer ajuda imediata às comunidades afetadas, adotando uma abordagem sistemática.

Qual foi o primeiro passo crítico tomado pela ONG na gestão de riscos do projeto?

- A) Análise financeira
- B) Identificação de riscos
- C) Aquisição de seguros
- D) Treinamento da equipe
- E) Revisão de medidas tomadas em desastres semelhantes

Comentários:

A resposta correta é a B: Identificação de riscos.

Vamos analisar o porquê:

Identificação de riscos: o primeiro passo crucial em qualquer gestão de riscos é identificar os potenciais riscos que podem afetar o projeto. No contexto de uma operação de emergência em resposta a desastres naturais, isso incluiria a identificação de riscos como:

Riscos ambientais: novas inundações, deslizamentos de terra etc.

Riscos logísticos: dificuldades de acesso às áreas afetadas, problemas de transporte etc.

Riscos de segurança: violência, saques etc.

Riscos à saúde: surtos de doenças, falta de acesso a cuidados médicos etc.

Outras opções:

(A) Análise financeira: a análise financeira é importante, mas a identificação dos riscos deve precedê-la, para que os custos associados a cada risco possam ser estimados.

(C) Aquisição de seguros: o seguro é uma forma de mitigar riscos, mas primeiro é preciso identificar quais riscos precisam ser cobertos.

(D) Treinamento da equipe: o treinamento é essencial, mas a equipe precisa ser treinada para lidar com os riscos específicos identificados.

(E) Revisão de medidas tomadas em desastres semelhantes: aprender com o passado é valioso, mas cada desastre

é único e apresenta seus próprios riscos específicos que precisam ser identificados.

Em resumo: A identificação de riscos é o primeiro passo fundamental na gestão de riscos, pois permite que a ONG compreenda os desafios potenciais e tome medidas proativas para mitigá-los ou enfrentá-los, garantindo o sucesso da operação de ajuda humanitária.

Gabarito: letra B

EIXO TEMÁTICO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

21. Seja uma população normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 . Um estimador para o parâmetro μ é definido como

$$T = \frac{(X_1 + 2X_2 + 3X_3 + 4X_4)}{10}$$

Sobre o estimador T , conclui-se que

- A) T é não tendencioso e de variância mínima.
- B) T é tendencioso com variância .
- C) T tem distribuição normal com média μ e variância .
- D) T tem distribuição t-Student com 3 graus de liberdade.
- E) T tem distribuição normal com média μ e variância .

Comentários:

A esperança do estimador é:

$$E(T) = E\left(\frac{X_1 + 2X_2 + 3X_3 + 4X_4}{10}\right) = \frac{1}{10}E(X_1) + \frac{2}{10}E(X_2) + \frac{3}{10}E(X_3) + \frac{4}{10}E(X_4)$$
$$E(T) = \frac{1}{10}\mu + \frac{2}{10}\mu + \frac{3}{10}\mu + \frac{4}{10}\mu = \frac{10}{10}\mu = \mu$$

E a variância é:

$$\begin{aligned} \text{Var}(T) &= \text{Var}\left(\frac{X_1 + 2X_2 + 3X_3 + 4X_4}{10}\right) \\ \text{Var}(T) &= \left(\frac{1}{10}\right)^2 \text{Var}(X_1) + \left(\frac{2}{10}\right)^2 \text{Var}(X_2) + \left(\frac{3}{10}\right)^2 \text{Var}(X_3) + \left(\frac{4}{10}\right)^2 \text{Var}(X_4) \\ E(T) &= \frac{1}{100} \sigma^2 + \frac{4}{100} \sigma^2 + \frac{9}{100} \sigma^2 + \frac{16}{100} \sigma^2 = \frac{30}{100} \sigma^2 = \frac{3}{10} \sigma^2 \end{aligned}$$

Como a população segue distribuição normal, as variáveis seguem distribuição normal, consequentemente, o estimador também.

Pontue-se que esse estimador não possui variância mínima, pois a média amostral possui variância mínima.

Gabarito: letra E

22. Políticas públicas regulatórias visam a

- A) gerar benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para todos os contribuintes.
- B) conceder benefícios concentrados a algumas categorias de atores e custos concentrados sobre outras categorias de atores.
- C) estabelecer padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados.
- D) definir competências, jurisdições, regras das disputas políticas e da elaboração de políticas públicas.
- E) distribuir competências entre poderes e esferas.

Comentários:

A) Errado. Esse é o conceito de políticas classificadas por distributivas, segundo Lowi (*apud* Secchi, Coelho e Pires, 2022, p. 31).

B) Errado. Esse é o conceito de políticas classificadas por redistributivas, segundo Lowi (*apud* Secchi, Coelho e Pires, 2022, p. 32).

C) Certo. Esse é o conceito de políticas classificadas por regulatórias, segundo Lowi (*apud* Secchi, Coelho e Pires, 2022, p. 31).

D) Errado. Errado. Este é o conceito de políticas classificadas por constitutivas, segundo Lowi (*apud* Secchi, Coelho e Pires, 2022, p. 32).

E) Errado. Esse é o conceito de políticas classificadas por constitutivas, segundo Lowi (*apud* Secchi, Coelho e Pires, 2022, p. 32).

Referência;

SECCHI, Leonardo. COELHO, Fernando de Souza. PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3ª ed. São Paulo: Cengage, 2002.

Gabarito: letra C

23. Contemporaneamente, há diferentes teorias e modelos na análise de políticas públicas. Na teoria dos múltiplos fluxos, para que ideias, durante o segundo fluxo, sobrevivam, alguns fatores devem ser preservados.

Nesse contexto, NÃO pode haver

- A) custos toleráveis
- B) viabilidade técnica
- C) aceitação do público em geral
- D) mudança na composição do Congresso
- E) receptividade por parte dos tomadores de decisão

Comentários:

A teoria dos fluxos múltiplos proposta por Kingdon compreende o governo como uma organização permeada por três fluxos decisórios relativamente independentes – problemas (*problems stream*); soluções ou alternativas (*policy stream*); e política (*political stream*). As mudanças na agenda resultam do processo de convergência desses três fluxos, em momentos críticos em que janelas de oportunidade (*policy windows*) favorecem a mudança, operada pelos empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*).

Alguns critérios são apontados por Kingdom como fatores capazes de fazer com que ideias sobrevivam no segundo fluxo, de soluções: a) viabilidade técnica (a solução é possível de ser implementada?); b) aceitação pela comunidade de especialistas (a solução baseia-se em valores compartilhados pela comunidade de políticas?); c) custos toleráveis (a solução implica em custos que podem ser antecipados?); d) aceitação pelo público em geral (a solução é aceita pela cultura política mais ampla?); e) receptividade por parte dos tomadores de decisão (a solução é aceita pelos políticos eleitos e burocratas diretamente ligados à questão?).

(CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: Enap. 2018, p. 39).

- A) Errado. Os custos toleráveis são fatores que devem ser preservados, no segundo fluxo de soluções, conforme mencionado nos estudos de Kingdom.
- B) Errado. A viabilidade técnica é um fator que deve ser preservado, no segundo fluxo de soluções, conforme mencionado nos estudos de Kingdom.
- C) Errado. A aceitação do público em geral é um fator que deve ser preservado, no segundo fluxo de soluções, conforme mencionado nos estudos de Kingdom.
- D) Certo. Segundo Kingdom, a solução deve ser aceita pelos políticos eleitos e burocratas diretamente ligados à questão, ou seja, qualquer mudança na composição do Congresso, como políticos eleitos, pode ser um fator que comprometa o segundo fluxo de soluções.
- E) Errado. Segundo Kingdom, a receptividade por parte dos tomadores de decisão é um fator que deve ser preservado, no segundo fluxo de soluções.

Gabarito: letra D

24. As Políticas Públicas Simbólicas são aquelas em que os formuladores de políticas públicas

- A) possuem condições de elaborá-las, mas intimamente não demonstram grande interesse em colocá-las em prática.
- B) têm interesse em ver a sua política funcionando, porém não têm conhecimento para estruturá-la adequadamente.
- C) não possuem conhecimento específico sobre o problema, o que as torna vazias de intenções políticas genuínas.
- D) incorporam a intenção de resolver um problema público e possuem conhecimento para resolvê-lo.
- E) operam com baixa utilização de recursos públicos, em especial, o financeiro.

Comentários:

Foi Gustafsson (1983) que classificou as políticas públicas em real, simbólica, pseudopolítica e política sem sentido, que apresenta como critérios de distinção o conhecimento para a elaboração, a implementação e a intenção de implementar a política pública.

A) Certo. Esses são os critérios que distinguem as políticas simbólicas, tidas como “para inglês ver”, ou seja, voltadas mais para o ganho de capital político do que para enfrentamento efetivo do problema público.

B) Errado. Esses são os critérios que distinguem as denominadas pseudopolíticas.

C) Errado. Esses são os critérios que distinguem as denominadas políticas sem sentido.

D) Errado. Esses são os critérios que distinguem as denominadas políticas reais.

E) Errado. A técnica “nudge” pode ser utilizada pelos formuladores de alternativas para criar soluções simples e éticas e técnicas que produzam estímulos leves e de baixo custo, visando modificar comportamentos.

Gabarito: letra A

25. Existe um modelo de tomada de decisão em que as condições cognitivas são de certeza. O exame das alternativas é feito a partir de uma análise completa e cálculos de consequências. A modalidade de escolha é o cálculo, e o critério de decisão é a otimização.

Essas características referem-se ao seguinte modelo:

- A) racionalidade limitada
- B) racionalidade absoluta
- C) modelo incremental
- D) modelo lata de lixo
- E) modelo fluxos múltiplos

Comentários:

De acordo com Bobbio, 2005 (apud Secchi, 2019):

a) no modelo de **racionalidade absoluta**: as condições cognitivas são de **certeza**; a análise das alternativas é por meio de **análise completa e cálculo de consequências**; a modalidade de escolha é o **cálculo** e o critério de decisão é a **otimização**.

b) no modelo de **racionalidade limitada**: as condições cognitivas são de **incerteza**; a análise das alternativas é por meio de **pesquisa sequencial**; a modalidade de escolha é a **comparação das alternativas com as expectativas** e o critério de decisão é a **satisfação**.

c) no modelo **incremental**: as condições cognitivas são de **parcialidade (interesses)**; a análise das alternativas é por meio de **comparações sucessivas limitadas**; a modalidade de escolha é o **ajuste mútuo de interesses** e o critério de decisão é o **acordo**.

d) no modelo de **lata de lixo (fluxos múltiplos)**: as condições cognitivas são de **ambiguidade**; a análise das alternativas é **nenhuma**; a modalidade de escolha é o **encontro de soluções e problemas** e o critério de decisão é o **casual**.

Gabarito: letra B

26. Há diversos atores que participam de uma política pública ou a influenciam. Um subgrupo desses atores refere-se aos atores sociais que se organizam coletivamente.

É um exemplo de atores coletivos organizados:

- A) usina de ideias
- B) legisladores
- C) gestores públicos nomeados
- D) membros do judiciário
- E) burocratas

Comentários:

De acordo com a ENAP (2014), “fazem parte da definição de agenda tanto atores estatais quanto sociais que operam em níveis subnacionais, nacionais e internacionais (...) é mais comum que os itens da agenda surjam a partir de **atores coletivos organizados**, tais como grupos de interesse, organizações religiosas, empresas, sindicatos, associações, **usinas de ideias (think tanks)** ou outros tipos de organizações voltadas para a pesquisa de políticas públicas.”

Gabarito: letra A

27. As ferramentas de políticas públicas se dividem em ferramentas públicas e privadas. Trata-se de um exemplo de ferramenta privada:

- A) informação
- B) incentivos econômicos
- C) regulamentos
- D) família
- E) desincentivos econômicos

Comentários:

De acordo com a ENAP (2014), as ferramentas de políticas públicas podem ser:

- Ferramentas **privadas**: mercado, organizações sociais voluntárias e **família**.
- Ferramentas públicas: informação, incentivos e desincentivos econômicos, regulamentos, empresas estatais e provisão direta.

Gabarito: letra D

28. Uma equipe de pesquisadores em políticas públicas de saúde laboral deseja estimar a proporção de indivíduos de determinada população que estão sofrendo de problemas relacionados a burnout. A estimação será feita utilizando técnicas de Inferência Estatística.

A equipe tem acesso a qualquer indivíduo dessa população, mas tem capacidade para coletar os dados de apenas uma parcela irrisória da população como um todo. A composição e as características gerais dessa população são totalmente desconhecidas.

Diante desse cenário, a equipe de pesquisa deve fazer sua coleta de dados mediante um processo de amostragem

- A) censitária
- B) aleatória simples
- C) por cota
- D) em bola de neve
- E) de conveniência

Comentários:

Dado o cenário em que as características gerais da população são desconhecidas e a equipe tem acesso apenas a uma pequena parcela da população, a amostragem aleatória simples seria a mais adequada se for possível selecionar aleatoriamente a amostra de forma representativa, mesmo com as limitações descritas.

Gabarito: letra B

29. Uma política pública reformou as salas de aula, o mobiliário e os espaços comuns de escolas da rede pública, com o objetivo de aumentar a motivação e o engajamento de alunos. Os impactos dessa política devem ser avaliados por meio de uma análise de

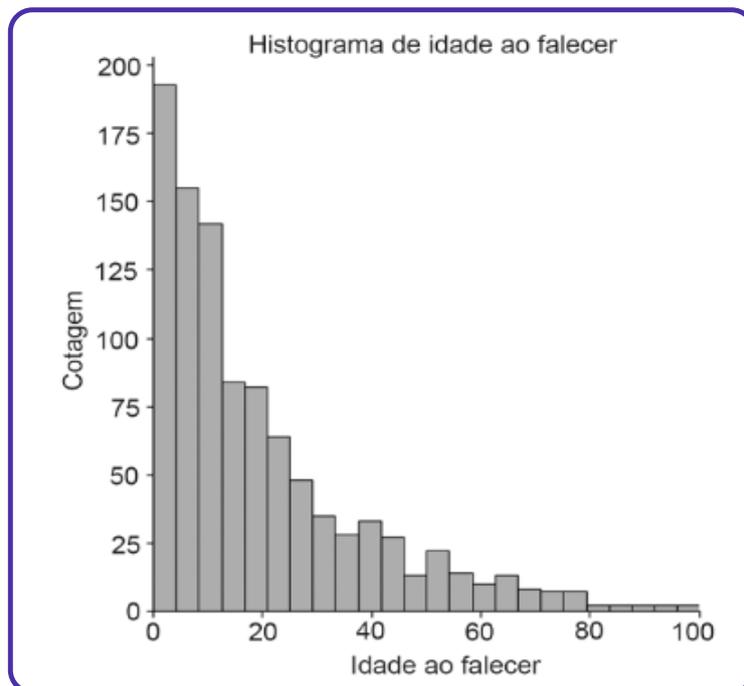
- A) custo-resultado
- B) custo-benefício
- C) custo-efetividade
- D) custo-eficiência
- E) custo-eficácia

Comentários:

Custo-efetividade, pois são analisadas as consequências da política em dados qualitativos. Se fossem quantitativos, seria custo-benefício.

Gabarito: letra C

30. O Instituto de Geografia e Estatística de determinado país, interessado em estudar a expectativa de vida da população desse país, levantou dados sobre a idade ao falecer de uma amostra aleatória de pessoas já falecidas. O histograma a seguir consolida a distribuição desses dados.



Considerando-se que a distribuição da idade ao falecer não tenha se alterado entre o início da coleta dos dados e o momento da análise, a fração da população que vive mais do que o tempo de vida médio da população é

- A) menor do que 50%
- B) igual a 50%
- C) maior do que 50%, mas menor ou igual a 75%
- D) maior do que 75%, mas menor ou igual a 90%
- E) maior do que 90%

Comentários:

Observa-se que os dados apresentam assimetria positiva, em que a maioria dos valores está abaixo da média. Portanto, a proporção da população que vive mais que a média é menor que a metade (50%).

Gabarito: letra A

EIXO TEMÁTICO 4 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. Uma repartição pública apresentava os seguintes saldos de despesas orçamentárias em 2023: Transferências Correntes: R\$ 100.000,00; Transferências de Capital: R\$ 120.000,00; Investimentos: R\$ 250.000,00; Despesas de Custeio: R\$ 270.000,00; Inversões Financeiras: R\$ 300.000,00. As despesas de capital da repartição pública em 2023 foram de

- A) R\$ 370.000,00
- B) R\$ 420.000,00
- C) R\$ 640.000,00
- D) R\$ 670.000,00
- E) R\$ 940.000,00

Comentários:

Segregando-se as despesas de capital, temos:

Transferências de Capital	120.000,00
Investimentos	250.000,00
Inversões Financeiras	300.000,00
Total	670.000,00

Gabarito: letra D

32. Em 12/04/2023, uma entidade do setor público recebeu uma doação de cinquenta mil dólares de uma organização internacional e manteve o valor depositado no banco em uma conta em dólares. Na data do recebimento da doação, a cotação do dólar era de R\$ 4,90. No final de abril, o dólar estava cotado em R\$ 5,10. Já em 31/12/2023, data das demonstrações contábeis, a cotação era de R\$ 4,80. Nas demonstrações contábeis da entidade, em 31/12/2023, o montante recebido em abril, e que estava no banco, deve ser mensurado por

- A) R\$ 240.000,00
- B) R\$ 242.500,00
- C) R\$ 245.000,00
- D) R\$ 247.500,00
- E) R\$ 255.000,00

Comentários:

Segundo o MCASP:

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Assim, temos:

$$\text{US\$ } 50.000 \times \text{R\$ } 4,80 = \text{R\$ } 240.000,00$$

Gabarito: letra A*

***Observação:** a exigência extrapolou os conhecimentos previstos no edital. A questão exigiu conhecimento sobre mensuração de ativos, mais precisamente sobre mensuração de disponibilidades (MCASP, p. 174).

33. Uma entidade do setor público apresentava em seu Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, dívidas fundadas. Uma parcela das dívidas fundadas era classificada como Passivo Financeiro, enquanto o restante era classificado como Passivo Permanente. A parcela da dívida fundada classificada como Passivo Financeiro

- A) depende de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- B) é devida a entidades que não são consideradas partes relacionadas.
- C) foi utilizada para financiar projetos de curto prazo.
- D) tem como contrapartida ativos classificados como financeiros.
- E) teve execução orçamentária iniciada e está pendente de pagamento.

Comentários:

Segundo o MCASP:

Passivo Financeiro

*Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. **Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.***

Gabarito: letra E*

*Observação: a exigência extrapolou os conhecimentos previstos no edital. A questão exigiu conhecimento sobre balanço patrimonial, mais precisamente sobre o conceito de passivo financeiro (MCASP 10ª ed, p. 542).

34. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei

- A) à abertura de créditos adicionais extraordinários
- B) à compra de vacinas em épocas de epidemias
- C) a despesas essenciais no primeiro ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal
- D) ao reforço da folha de pagamento de serviços considerados essenciais
- E) aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos

Comentários:

Exigência literal da Lei de Responsabilidade Fiscal:

*Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, **salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.** [grifou-se]*

Gabarito: letra E

35. Em uma entidade do setor público, as receitas com impostos e as receitas com a alienação de bens são classificadas, respectivamente, como

- A) correntes e correntes
- B) correntes e de capital
- C) de capital e de capital
- D) de capital e correntes
- E) de capital e patrimonial

Comentários:

As receitas com impostos são receitas correntes. As receitas com alienação de bens, por sua vez, são classificadas como receitas de capital.

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Gabarito: letra B

36. O portal da Câmara dos Deputados define o orçamento impositivo como um novo princípio orçamentário a ser observado.

O orçamento impositivo

- A) é uma autorização para gastar, é uma forma meramente autorizativa.
- B) define o dever de execução das programações orçamentárias.
- C) aplica-se apenas às chamadas despesas obrigatórias.
- D) amplia o espaço para o contingenciamento de despesas por parte do Poder Executivo.
- E) reduz a rigidez do orçamento público.

Comentários:

Conforme o glossário de termos orçamentários da Câmara dos Deputados (que trabalhamos nas aulas e é uma fonte essencial de pesquisa das bancas quando o assunto é princípios orçamentários), **o princípio do orçamento impositivo trata-se de princípio novo que define o dever de execução das programações orçamentárias**, o que supera o antigo debate acerca da natureza jurídica da lei orçamentária, ou seja: se as programações representavam

mera autorização para a execução (modelo autorizativo) ou se, diante do sistema de planejamento e orçamento da Constituição de 1988, poder-se-ia extrair o caráter vinculante da lei orçamentária, o que acabou prevalecendo.

De acordo com o § 10 do art. 165 da CF, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse dever de executar as programações que constam da lei orçamentária foi inserido pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019. Ampliou-se, para todo o orçamento público, o regime jurídico de execução que já se encontrava definido para as programações incluídas por emendas individuais (desde a EC nº 85, 2015, que promoveu mudanças no art. 166 da CF).

O dever de execução é um vínculo imposto ao gestor, no interesse da sociedade, que o impele a tomar todas as medidas necessárias (empenho, contratação, liquidação, pagamento) para viabilizar a entrega de bens e serviços correspondente às programações da lei orçamentária. A própria Constituição esclarece que o dever de execução não se aplica nos casos em que impedimentos de ordem técnica ou legal, na medida em que representam óbice intransponível para o gestor. É o caso, por exemplo, da necessidade legal de cumprir metas fiscais, o que requer contingenciamento das despesas.

O caráter impositivo da execução do orçamento importa apenas para as chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias). Isso porque a execução das despesas “obrigatórias” - aquelas cujo orçamentação, empenho e pagamento decorrem da existência de legislação anterior, que cria vínculos obrigacionais - define-se pela própria norma substantiva, e não pelo fato de constar da lei orçamentária.

Logo, nosso gabarito é o item B.

Gabarito: letra B

37. Dentre as funções/atribuições econômicas clássicas do Estado que possuem reflexos sobre o orçamento público, verifica-se a função alocativa.

Essa função atua

- A) na política monetária.
- B) no nível geral de preços.
- C) nas falhas de mercado.
- D) nas alterações da alíquota tributária.
- E) nas obras públicas que visam absorver parcelas desempregadas de mão de obra.

Comentários:

A função alocativa do Estado refere-se à intervenção governamental para corrigir falhas de mercado. Falhas de mercado ocorrem quando o mercado falha em alocar recursos de forma eficiente por conta de situações como a presença de bens públicos, externalidades, monopólios, ou informação assimétrica. O Estado, através de sua função alocativa, busca corrigir essas falhas para melhorar a eficiência econômica e o bem-estar social.

Análise das demais alternativas:

(A) na política monetária:

Erro: a política monetária é uma função que está mais relacionada ao controle da oferta de moeda e das taxas de juros, e é parte da função estabilizadora do Estado, não da função alocativa.

(B) no nível geral de preços:

Erro: o controle do nível geral de preços está associado à função estabilizadora do Estado, particularmente através da política monetária e fiscal, e não à função alocativa.

(D) nas alterações da alíquota tributária:

Erro: alterações na alíquota tributária estão mais associadas à função distributiva ou estabilizadora do Estado, conforme o objetivo de ajustar a distribuição de renda ou controlar a inflação, por exemplo, e não diretamente à função alocativa.

(E) nas obras públicas que visam absorver parcelas desempregadas de mão de obra:

Erro: obras públicas com esse objetivo se relacionam mais à função estabilizadora, que busca mitigar os ciclos econômicos e reduzir o desemprego, em vez da função alocativa.

Gabarito: letra C

38. Dentre os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA), verifica-se o Orçamento de Investimento das Estatais.

Nessa peça orçamentária,

- A) estão listados os valores das empresas estatais dependentes e independentes.
- B) estão também listadas as receitas e despesas operacionais que serão submetidas a apreciação do legislativo.
- C) são listados os investimentos cujas programações constam integralmente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- D) são listados os investimentos que são suportados ou que recebem recurso do orçamento fiscal.
- E) são listados os investimentos relacionados às aquisições de bens componentes do ativo circulante, que envolvem arrendamento mercantil e às benfeitorias realizadas em bens da União.

Comentários:

Conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 165

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

Conforme publicação do TCU (**Análise da despesa**) – constante [neste link](#):

O Orçamento de Investimento das empresas estatais (OI) compreende os investimentos das empresas controladas direta ou indiretamente pela União, ou seja, empresas em que esta detém a maioria do capital social com direito a voto. A programação dos demais gastos não consta no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, mas no Programa de Dispêndios Globais (PDG).

O OI abrange os gastos com aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado – exceto os bens que envolvam arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro) –, as benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais e as necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

Perceba que, como supracitado, o item E está incorreto. Além disso, nos orçamentos de investimentos constam apenas investimentos relativos a estatais independentes, o que também invalida o item A. Ainda conforme o documento mencionado da Corte de Contas:

Enquanto o OI contempla apenas as despesas com o imobilizado, o Programa de Dispêndios Globais (PDG), aprovado por decreto do Presidente da República, agrega os demais ingressos e dispêndios correntes e de capital.

Assim, elimina-se também a alternativa B. Quanto ao item C, também incorreto, uma vez que o que consta no orçamento fiscal e da seguridade social são as dotações referentes às estatais dependentes.

Já acerca do item D, tratado como gabarito da questão, resta-se prejudicado, uma vez que não há no ordenamento jurídico determinação no sentido de que o Orçamento de Investimentos do governo federal (OI) apresente os investimentos que são suportados ou que recebem recurso do orçamento fiscal.

Conforme publicação oficial do MGI:

Os investimentos são os valores agregados ao ativo imobilizado e formação do ativo diferido, proveniente de imobilizações, de acordo com as determinações da [Lei nº 6.404/76](#), discriminados por subprojetos/subatividades (subtítulos), definidos a partir das disposições e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. (Fonte: [Orçamento de Investimento — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos \(www.gov.br\)](#) – acesso em 20/08/2024)

Dessa forma, requer-se à estimada banca organizadora a anulação da questão, por não apresentar nenhuma alternativa objetiva e claramente correta.

Gabarito do professor: anulada

Gabarito preliminar: letra D

39. A execução orçamentária poderá processar-se mediante a descentralização de créditos. As dotações descentralizadas serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática. As empresas públicas federais que não integrarem os orçamentos fiscal e da seguridade social, mas que executarem as atividades de agente financeiro governamental,

- A) poderão receber créditos em descentralização, viabilizando a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.
- B) poderão receber créditos em descentralização, inviabilizando a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.

- C) poderão ou não receber créditos em descentralização, a depender do lobby no Congresso e do ano orçamentário.
- D) não poderão receber créditos em descentralização, viabilizando a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.
- E) não poderão receber créditos em descentralização, inviabilizando a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.

Comentários:

Essa é uma questão de entendimento acerca das descentralizações de créditos e recursos na Administração Pública federal. Conforme o Decreto nº 825/1993:

Art. 4º As empresas públicas federais que não integrarem os orçamentos fiscal e da seguridade social, mas que executarem as atividades de agente financeiro governamental, poderão receber créditos em descentralização, para viabilizar a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.

Essa descentralização é fundamental para viabilizar a execução de objetivos específicos previstos na LOA, mesmo que essas empresas não façam parte do orçamento fiscal e da seguridade social. Portanto, essa alternativa está correta.

A alternativa A é a correta, pois reflete o papel da descentralização de créditos orçamentários em garantir a execução eficaz dos objetivos e metas estabelecidos na LOA.

As empresas públicas federais, mesmo aquelas que não fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social, podem receber créditos descentralizados para cumprir suas funções, especialmente quando atuam como agentes financeiros do governo, contribuindo para a realização dos objetivos programados. As outras alternativas apresentam interpretações errôneas ou contraditórias da função da descentralização de créditos. Logo, nosso gabarito é o item A.

Gabarito: letra A

40. Quando um contrato é extinto decorrente de culpa exclusiva da Administração, o contratado terá direito a

- A) pagamento pelo custo de mobilização.
- B) pagamento pro rata pelo tempo entre a extinção do contrato e o seu término programado.
- C) devolução em dobro da garantia a título de indenização.
- D) pagamento pelo custo de desmobilização.
- E) devolução dos encargos trabalhistas.

Comentários:

De acordo com a Lei nº 14.133/2021:

Art. 138 [...] § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

A desmobilização refere-se à desmontagem de todo o sistema preparado para a realização da obra ou empreendimento. Assim, o gabarito é a letra D, uma vez que a extinção decorreu de culpa exclusiva da Administração.

- a) Errada: a banca trocou “desmobilização” por “mobilização”.
- b) Errada: não existe previsão de pagamento *pro rata*, que seria um pagamento proporcional ao que falta para concluir o contrato. A Lei somente dispõe sobre o ressarcimento dos “prejuízos regularmente comprovados”.
- c) Errada: a empresa receberá a devolução da garantia e não do dobro da garantia.
- e) Errada: não há “devolução dos encargos”, pois esses encargos já são de responsabilidade da contratada. No máximo, o poder público pagaria pelos prejuízos decorrentes da extinção antecipada do contrato.

Gabarito: letra D

EIXO TEMÁTICO 5 – COMUNICAÇÃO, GESTÃO DOCUMENTAL, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS

41. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o

- A) uso compartilhado
- B) controle de segurança
- C) direito de acesso
- D) tratamento dos dados
- E) banco de dados

Comentários:

Questão direta, que exigiu o objetivo de uso compartilhado de dados pessoais por parte dos órgãos públicos:

*LGPD, art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o **uso compartilhado**, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral. [grifou-se]*

Assim sendo, nosso gabarito está na **letra A**.

Gabarito: letra A

42. Os documentos arquivísticos caracterizam-se por registrarem e apoiarem as atividades do órgão ou entidade, servindo de evidência dessas atividades, bem como de fonte de informação para a pesquisa, e para assegurar os direitos dos cidadãos. Para padronizar a comunicação no universo dos repositórios arquivísticos digitais confiáveis, o Conselho Nacional de Arquivos definiu os conceitos de alguns termos. Relacione esses termos, com suas respectivas características apresentadas a seguir.

- | | |
|------------------------|---|
| I - Confiabilidade | P - Técnica de migração que pode se configurar de diversas formas. |
| II - Confidencialidade | Q - Propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada. |
| III - Conversão | R - Propriedade de certos dados ou informações que não podem ser disponibilizadas ou divulgadas sem autorização para pessoas, entidades ou processos. |
| IV - Migração | S - Credibilidade de um documento arquivístico enquanto afirmação de um fato. |
| | T - Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade de os objetos digitais serem acessados face às mudanças tecnológicas. |

As associações corretas são:

- A) I - R, II - T, III - P, IV - S
- B) I - R, II - T, III - Q, IV - S
- C) I - R, II - T, III - S, IV - Q
- D) I - S, II - R, III - P, IV - T
- E) I - T, II - R, III - Q, IV - P

Comentários:

Antes de buscar a alternativa correta, vamos analisar cada um dos termos trazidos pela banca. Na verdade, o examinador basicamente foi buscar as definições de cada um dos termos no e-ARQ Brasil. Vejamos:

Conversão (Dados): ver Conversão de Formato.

Conversão de Formato: modificação de um formato para outro, motivada, principalmente, pela normalização de formatos e para contornar a obsolescência tecnológica - (I) Data conversion

Ver também: Migração, Atualização de Suporte, Exportação, Formato de Arquivo, Normalização de Formato, Reformatação (Migração)

Confidencialidade: propriedade de certos dados ou informações que não podem ser disponibilizadas ou divulgadas sem autorização.

Confiabilidade: credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção - (I) Reliability

Ver também: Completeza

Migração: Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade de os objetos digitais serem acessados diante das mudanças tecnológicas. A migração consiste na transferência de um objeto digital: a) de um suporte que está se tornando obsoleto, fisicamente deteriorado ou instável para um suporte mais novo; b) de um formato obsoleto para um formato mais atual ou padronizado; c) de uma plataforma computacional em vias de descontinuidade para uma outra mais moderna.

Ver também: Atualização de Suporte, Conversão de Formato, Objeto Digital, Preservação Digital, Reformatação (Migração)

Assim temos: I-S; II-R; III-P; IV-T

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: letra D

43. Para averiguar o valor primário, é preciso verificar se o documento é necessário para o cumprimento das atribuições e para o desempenho das funções da entidade produtora/acumuladora.

Nesse contexto, o valor fiscal é aquele que

- A) figura nos documentos ligados a operações financeiras e à comprovação de receita e despesa, geradas para atender a exigências governamentais.
- B) envolve direitos e deveres do cidadão para com o Estado e vice-versa, regulamenta as relações internas e externas do órgão.
- C) está ligado à política administrativa, à história do órgão, aos processos por ele gerados.
- D) representa a consecução das atividades correntes do órgão, tais como planos, programas e relatórios.
- E) está relacionado aos direitos pessoais, atos administrativos, organização e desenvolvimento da instituição.

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Ao citar o valor fiscal, o examinador refere-se justamente aos documentos diretamente relacionados a, especialmente, operações de compra e venda, entrada e saída, movimentações etc., ou seja, em grande parte, aqueles documentos exigidos pelo fisco no dia a dia da atividade de fiscalização.

A **alternativa B** está incorreta. A banca aqui cobra os documentos fiscais, que não têm relação direta com direitos e deveres do cidadão para com o Estado ou com relações internas e externas do órgão.

A **alternativa C** está incorreta. A banca aqui cobra os documentos de valor fiscal, e não aqueles relacionados à política administrativa, à história do órgão, aos processos por ele gerados.

A **alternativa D** está incorreta. A banca aqui cobra os documentos de valor fiscal, o que não está geralmente presente em planos, programas e relatórios.

A **alternativa E** está incorreta. A banca aqui cobra os documentos fiscais, que não têm relação direta com direitos pessoais, atos administrativos, organização e desenvolvimento da instituição.

Gabarito: letra A

44. A comunicação de políticas públicas pode ser planejada estrategicamente para provocar ou inibir a discussão sobre determinado assunto na sociedade.

Geralmente, uma chamada pode ser planejada estrategicamente quando

- A) catástrofes ambientais provocam mobilização da população.
- B) mudanças econômicas estão em jogo e afetam a sociedade.
- C) escândalos políticos desencadeiam circulação de opiniões.
- D) mortes de figuras públicas sensibilizam e emocionam as pessoas.
- E) tragédias sociais despertam interesse e exigem ação dos poderes.

Comentários:

O enunciado da questão traz uma orientação bem clara sobre a resposta mais adequada ao citar “uma chamada planejada estrategicamente”. Ou seja, estamos abordando um caso no qual a chamada da matéria jornalística pode ser pensada com antecedência, assim, seu impacto na opinião pública passa por um planejamento anterior.

Nos casos das letras A, C, D e E, temos matérias extremamente factuais e urgentes (*hard news*), sem que haja tempo hábil para tais ações.

Na letra B, o caso permite o planejamento anterior da produção jornalística e dos procedimentos de redação. Portanto, trata-se da única alternativa compatível com o enunciado da Cesgranrio.

Gabarito: letra B

45. A mídia, ou seja, o conjunto de entidades de “comunicação social”, representa uma forma de poder nas sociedades de massa e possui papéis muito importantes, dentre os quais se destaca o de

- A) determinar a implementação de políticas públicas do governo.
- B) julgar e punir cidadãos que cometam infrações na sociedade.
- C) influenciar a formação das agendas públicas e governamentais.
- D) ser porta-voz do governo e defender suas decisões e ações.
- E) impedir relações sociais entre grupos os mais diversos.

Comentários:

Perceba que o enunciado aborda o papel dos veículos de comunicação na nossa sociedade como um todo.

A) ERRADA: os veículos de comunicação não determinam questões a respeito de políticas públicas, mas sim influenciam nos processos de formulação, implementação etc.

B) ERRADA: não há papel de julgamento ou punição, visto que se trata de competência do Poder Judiciário no caso apresentado pelo item.

C) CORRETA: os veículos de comunicação de fato influenciam na formação da opinião pública e nos temas que são debatidos na sociedade (conforme teoria do Agenda Setting na Comunicação Social). Assim, a afirmação está correta.

D) ERRADA: de forma abrangente, os veículos de comunicação não possuem o papel de ser porta-voz ou defender o governo e têm independência garantida, assim como a liberdade de imprensa é resguardada no nosso país.

E) ERRADA: o jornalismo e os veículos de comunicação, por meio de conduta ética, devem prezar pela pluralidade de ideias e por ouvir diferentes versões dos fatos. Dessa forma, não há como objetivo a restrição de interações sociais.

Gabarito: letra C

46. Em 2012, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República divulgou uma norma complementar com diretrizes para o uso seguro das redes sociais na Administração Pública Federal. No documento, reconhecia-se o crescimento do uso das redes sociais por parte de órgãos e entidades da Administração Pública como ferramenta para se aproximarem ainda mais do cidadão brasileiro e prestarem atendimento e serviços públicos de forma mais ágil e transparente. A partir desse momento, ficou evidente que o governo brasileiro tomou a decisão de adotar uma comunicação institucional

- A) sem caráter educativo, informativo ou de orientação social
- B) com foco maior no uso estratégico de mídias sociais
- C) voltada para o público jovem e com linguagem informal
- D) nas mídias sociais, sem necessidade de recursos financeiros
- E) nas mídias sociais, sem necessidade de contratação de profissionais

Comentários:

- A) ERRADA: a Comunicação Pública realizada pelos órgãos públicos comumente assume um caráter educativo, além de trazer informações confiáveis e de qualidade que auxiliam no conhecimento sobre legislações, direitos, deveres etc.
- B) CORRETA: perceba que a norma foi desenvolvida em um cenário no qual as redes sociais estavam em crescimento exponencial em relação ao uso no nosso país (2012). Assim, trata-se de um contexto no qual o governo buscou trazer orientações estratégicas para o uso adequado das plataformas pelos órgãos públicos.
- C) ERRADA: os órgãos públicos não fazem comunicação necessariamente de forma exclusiva para o público jovem e com linguagem informal (isso dependerá do objetivo e da campanha comunicacional). Assim, a alternativa é extremamente restritiva e está incorreta por esse motivo.
- D) e E) ERRADAS: o trabalho em mídias sociais pode envolver, sim, na maioria dos casos, o uso de recursos financeiros, tanto para a contratação de profissionais quanto para a compra de espaço de mídia em plataformas como Meta, TikTok e Google. Assim, as alternativas D e E estão erradas por esses motivos.

Gabarito: letra B

47. O surgimento do documento nato-digital e as novas formas de armazenamento provocaram reconfigurações na organização de arquivos. Nessa nova realidade e com foco na informação orgânico-funcional, é imprescindível preservar

- A) o conteúdo do documento e o contexto em que está inserido.
- B) acesso restrito aos arquivos para sua preservação.
- C) uma equipe preparada para cursos de capacitação no uso de arquivos.
- D) representações da informação em suporte físico e digital.
- E) formas de reprodução do documento nato-digital em meio físico.

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Nessa nova realidade arquivística e com foco na informação orgânico-funcional, o suporte acaba perdendo sua relevância, porém, é imprescindível preservar o conteúdo do

documento e o contexto em que está inserido, sempre lembrando que o documento fora de seu contexto acaba perdendo até mesmo o seu significado.

A **alternativa B** está incorreta. Acesso restrito aos documentos não deve ser priorizado nem na arquivística tradicional, muito menos na arquivística digital.

A **alternativa C** está incorreta. Embora uma equipe preparada para cursos de capacitação no uso de arquivos seja importante, tal fator não pode ser considerado como imprescindível na nova realidade com foco na informação orgânico-funcional.

A **alternativa D** está incorreta. As representações da informação em suporte físico, por exemplo, perdem a relevância na nova realidade com foco na informação orgânico-funcional, especialmente após o surgimento do documento nato-digital e as novas formas de armazenamento.

A **alternativa E** está incorreta. A reprodução do documento nato-digital em meio físico também perde a relevância na nova realidade com foco na informação orgânico-funcional.

Gabarito: letra A

48. Na comunicação pública, a publicidade de ordem legal e a comunicação institucional têm um papel importante porque tornam visíveis as(os)

- A) ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
- B) intervenções de grandes empresários em decisões políticas
- C) aparatos midiáticos por trás de decisões governamentais
- D) interesses particulares de pessoas em cargos públicos
- E) elementos de formação da esfera de visibilidade pública

Comentários:

A publicidade legal e a comunicação institucional ajudam a viabilizar o direito à informação no nosso país (CF/88, art. 5º, XXXIII) e o princípio da Publicidade na Administração Pública (CF/88, art. 37). Assim, envolve as ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme a alternativa A, e ajudará a trazer transparência nos atos desenvolvidos pelos gestores públicos.

As demais alternativas extrapolam o objetivo central da publicidade legal e da comunicação institucional: elas não são focadas exclusivamente em aparatos midiáticos que influenciam as decisões, não estão restritas aos interesses particulares ou às influências de grandes empresários. Por fim, há, sim, influência da publicidade legal e da comunicação institucional na opinião pública, porém, não configura, de forma objetiva, o principal foco e razão da existência desses elementos no âmbito da comunicação dos órgãos públicos.

Gabarito: letra A

49. No caso de documentos inseridos em um Sistema Arquivístico de Gestão de Documentos – SIGAD que são, porém, sigilosos, de acordo com a legislação vigente, é necessário que sejam atribuídas restrições de acesso.

Essa atribuição de restrição de acesso deve ser feita no momento do(a)

- A) armazenamento
- B) captura
- C) localização
- D) preservação
- E) tramitação

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado refere-se à captura, mas não ao armazenamento, atividade posterior no processo de gestão de documentos.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Aqui, a banca refere-se especificamente à captura que, entre suas atividades, deve atribuir a restrição de acesso ao documento quando necessário. Vejamos a definição do e-ARQ:

Captura: declaração de um documento como documento arquivístico, incorporando-o ao sistema de gestão arquivística, por meio de, no mínimo, as seguintes ações: registro; classificação; arquivamento e, quando couber, atribuição de restrição de acesso.

Ver também: Classificação Arquivística, Registro

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado refere-se à captura, mas não à localização.

A **alternativa D** está incorreta. O enunciado refere-se à captura, mas não à preservação, atividade geralmente executada nos arquivos permanentes, bem após a realização da captura do documento.

A **alternativa E** está incorreta. O enunciado refere-se à captura, mas não à tramitação. O documento, ao tramitar, aliás, já deve estar classificado quanto ao sigilo, para que seu conteúdo seja resguardado quando for o caso.

Gabarito: letra B

50. Um grupo de cidadãos realiza reunião na qual decide participar mais ativamente da vida política da comunidade onde vive. Dentre as várias tarefas que buscam empreender, uma das primeiras consiste em apurar o destino das verbas públicas vinculadas a obras nos municípios onde o grupo reside. Nos termos da Lei no 12.527/2011, existem várias diretrizes que devem ser seguidas para assegurar o direito fundamental de acesso às informações.

Uma dessas diretrizes está relacionada ao desenvolvimento do controle

- A) total da administração pública
- B) local da administração pública
- C) social da administração pública
- D) midiático da administração pública
- E) partidário da administração pública

Comentários:

Questão que cobrou uma das diretrizes da Lei de Acesso à Informação, qual seja, o desenvolvimento do controle social da Administração Pública:

Lei nº 12.527/2011:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Assim, percebemos que o gabarito está na **letra C**.

Gabarito: letra C



Estratégia
Concursos



Estratégia
Concursos